

VOLUME I

I. *Introdução*

II. *Relatório de gestão*

III. *Certificação legal de contas*

IV. *Mapas Patrimoniais e Financeiros exigidos pelo POCAL*
(Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22-02-1999)

V. *Mapas exigidos pelo Tribunal de Contas*
(Resolução n.º 4/2001, atualizada pela Resolução n.º 6/2013 e Resolução n.º 3/2016)

VI. *Mapas exigidos pela Lei que aprovou as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas*
(Lei 8/2012 de 21 fev)

VII. *Mapa dos Contratos de avença e tarefa*
(alínea c) do art.º 5 da Lei 35/2014 de 20 de junho)

VIII. *Documentos de Suporte*

IX. *Balanço social*

X. *Contabilidade de Custos*

1. INTRODUÇÃO

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e adiante designado por **POCAL**, dedica o seu n.º 13 ao **Relatório de Gestão**, prevendo que:

“O relatório de gestão a apresentar pelo órgão executivo ao deliberativo deve conter os seguintes aspetos:

- a) A situação económica relativa ao exercício, analisando, em especial, a evolução da gestão nos diferentes sectores de actividade da autarquia local, designadamente no que respeita ao investimento, condições de funcionamento, custos e proveitos, quando aplicável;*
- b) Uma síntese da situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstração de resultados;*
- c) Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de terceiros e a terceiros nos últimos três anos, individualizando, naquele último, as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;*
- d) Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;*
- e) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.”*

Em síntese, o relatório de gestão deverá proporcionar uma visão clara da situação económica e financeira relativa ao exercício, espelhando a eficiência na utilização dos meios afetos à persecução das atividades desenvolvidas pela autarquia e a eficácia na realização dos objetivos.

Nesta sequência apresenta-se no presente capítulo, e de harmonia com o previsto no n.º 13 do POCAL o relatório de gestão relativo ao exercício de 2017, que procura ser clarificador quanto à origem das receitas e destino das despesas do Município, bem como relativamente à sua situação económica e financeira.

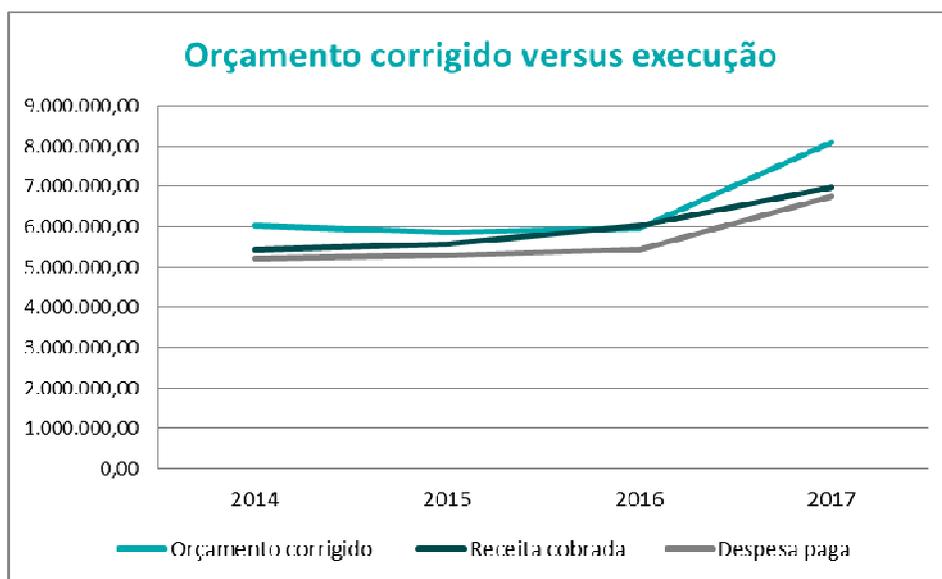
2. ANÁLISE ORÇAMENTAL

2.1 BREVE ENQUADRAMENTO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

A previsão das receitas e despesas para o ano de 2017 constante do orçamento municipal aprovado pelo órgão deliberativo em 19/12/2016, assumiu um valor total de 6.969.280 €.

Entretanto, fruto das modificações orçamentais ocorridas ao longo do exercício de 2017, o valor total do orçamento foi corrigido para 8.096.312,24€.

Contribuiu para este acréscimo a contemplação orçamental do saldo da gerência (584.802,82€), bem como a receita previsional relativa ao empréstimo contraído (358.246,91€) e de outros projetos financiados.



O Município de Constância tem conseguido suportar as despesas correntes com receitas correntes, verificando-se um reforço da poupança corrente no período em análise.

O quadro seguinte resume o orçamento municipal para 2017 bem como o grau e execução da receita e despesa prevista.

Orçamento municipal				
Descrição	2014	2015	2016	2017
Orçamento Inicial	5.136.233,00	6.314.260,00	5.749.604,14	6.969.279,00
Orçamento corrigido	6.022.533,87	5.848.646,69	5.965.778,79	8.096.312,34
Receita total cobrada	5.427.229,39	5.566.117,62	6.019.480,72	6.988.707,52
Grau de execução da receita corrigida	90,12%	95,17%	100,90%	86,32%
Despesa total paga	5.207.011,27	5.286.482,69	5.434.677,90	6.762.500,00
Grau de execução da despesa corrigida	86,46%	90,39%	91,10%	83,53%
Receita corrente cobrada	4.689.571,95	4.735.186,59	5.137.210,06	5.233.799,68
Despesa corrente paga	4.141.682,65	4.081.590,39	4.356.082,44	4.365.677,43
Saldo corrente	547.889,30	653.596,20	781.127,62	868.122,25
Receita de capital cobrada	394.199,50	607.069,27	599.923,88	1.162.181,85
Despesa de capital paga	1.065.328,62	1.204.892,30	1.078.595,46	2.396.822,57

2.2 RECEITA

2.2.1 Receita global

O comportamento da receita arrecadada no exercício de 2017 seguiu em linha com a tendência de crescimento verificada no quadriênio em análise (2014-2017), registrando-se em 2017 o valor mais alto de receita cobrada, conforme se verifica pela análise do quadro seguidamente apresentado.

Evolução da receita							
Descrição	2014	2015	2016	2017	Peso	Variação 2017/2016	
Receita corrente	4.689.571,95	4.735.186,59	5.137.210,06	5.233.799,68	74,89%	96.589,62	1,88%
Receita de capital	394.199,50	607.069,27	599.923,88	1.162.181,85	16,63%	562.257,97	93,72%
Reposições não abatidas nos pagamentos	7.263,00	3.643,64	2.711,85	7.923,17	0,11%	5.211,32	192,17%
Total da receita cobrada	5.091.034,45	5.345.899,50	5.739.845,79	6.403.904,70	91,63%	664.058,91	11,57%
Saldo da Gerência anterior utilizado	336.194,94	220.218,12	279.634,93	584.802,82	8,37%	305.167,89	109,13%
Total	5.427.229,39	5.566.117,62	6.019.480,72	6.988.707,52	100,00%	969.226,80	16,10%

Desconsiderando a receita proveniente do saldo da gerência, a receita cobrada aumentou face ao ano de 2016 cerca de 650.000€, o que corresponde a um acréscimo aproximado de 12%. A parte mais significativa do acréscimo encontra justificação no aumento da receita de capital.

A tendência crescente é, pois, partilhada pela receita corrente e de capital, sendo bastante mais significativo o aumento da receita de capital que quase duplicou face ao ano transato. Também o saldo da gerência transitado foi o de maior valor verificado no período em análise.

Pese embora um reforço no posicionamento da receita de capital na receita total, a receita corrente é preponderante na estrutura da receita do Município de Constância.



2.2.2 Estrutura da receita

Analisada em detalhe a estrutura da receita cobrada constata-se que a receita corrente e de capital correspondem a cerca de 80% e 20%, respetivamente, da receita arrecadada em 2017 pelo Município, não incluindo o saldo da gerência.

Comparativamente com o ano de 2016, verifica-se um reforço do posicionamento da receita de capital no total arrecadado, resultante dos financiamentos recebidos na sequência da realização de investimentos alvo de financiamento efetuados, destacando-se nesta temática a empreitada do centro escolar de Montalvo.

Descrição	Estrutura da receita				Peso	Variação 2017/2016	
	2014	2015	2016	2017			
Impostos Diretos	581.915,48	515.539,88	871.469,20	922.732,05	14,41%	51.262,85	5,88%
Impostos Indiretos	12.225,28	32.584,19	9.439,91	30.013,87	0,47%	20.573,96	217,95%
Taxas, Multas, Outras penalidades	17.059,82	19.038,40	38.378,95	20.524,28	0,32%	-17.854,67	-46,52%
Rendimentos da Propriedade	184.102,24	183.115,63	183.418,18	185.368,85	2,89%	1.950,67	1,06%
Transferências Correntes	3.140.636,84	3.201.571,10	3.209.346,76	3.252.874,23	50,80%	43.527,47	1,36%
Venda de bens	234.577,24	283.565,08	327.763,43	306.900,87	4,79%	-20.862,56	-6,37%
Venda de serviços	437.312,49	428.976,75	441.327,13	449.101,74	7,01%	7.774,61	1,76%

Rendas	50.195,48	51.126,02	47.141,76	53.174,19	0,83%	6.032,43	12,80%
Outras receitas correntes	31.547,08	19.669,54	8.924,74	13.109,60	0,20%	4.184,86	46,89%
Total da receita corrente	4.689.571,95	4.735.186,59	5.137.210,06	5.233.799,68	81,73%	96.589,62	1,88%
Venda bens de investimento	58,00	10.608,86	9.635,40	133.223,34	2,08%	123.587,94	1282,64%
Transferências de Capital	391.441,50	490.167,31	581.420,67	669.416,65	10,45%	87.995,98	15,13%
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	1.294,95	0,02%	1.294,95	-
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	358.246,91	5,59%	358.246,91	-
Outras receitas de capital	2.700,00	106.293,10	8.867,81	0,00	0,00%	-8.867,81	-100,00%
Total da receita de capital	394.199,50	607.069,27	599.923,88	1.162.181,85	18,15%	562.257,97	93,72%
Reposições não abatidas aos pagamentos	7.263,00	3.643,64	2.711,85	7.923,17	0,12%	5.211,32	192,17%
Total	5.091.034,45	5.345.899,50	5.739.845,79	6.403.904,70	100,00%	664.058,91	11,57%



Impostos
Rendimentos de propriedade
Transferências correntes e de capital
Venda de serviços e rendas
Outras receitas correntes
Passivos financeiros



Taxas, multas e outras penalidades
Venda de bens correntes e de capital
Outras receitas de capital

As transferências correntes são dominantes no total da receita cobrada, correspondendo a 50% da estrutura da receita. Quanto às transferências de capital, assumem na estrutura cerca de 10%.

No total, as transferências representam 60% do total da receita arrecadada, o que evidencia a dependência do Município face este tipo de despesa.

No quadriênio em análise, a referida tendência, embora de forma tênue, tem vindo a reduzir, justificada sobretudo por um ligeiro reforço dos impostos diretos. O peso das transferências correspondiam em 2014 a 69,38% do total da receita e em 2017 a 61,25%.

Estrutura da receita				
Descrição	2014	2015	2016	2017
Impostos Diretos	11,43%	9,64%	15,18%	14,41%
Impostos Indiretos	0,24%	0,61%	0,16%	0,47%
Taxas, Multas out. penalidades	0,34%	0,36%	0,67%	0,32%
Rendimentos da Propriedade	3,62%	3,43%	3,20%	2,89%
Transferências Correntes	61,69%	59,89%	55,91%	50,80%
Venda de bens	4,61%	5,30%	5,71%	4,79%
Venda de serviços	8,59%	8,02%	7,69%	7,01%
Rendas	0,99%	0,96%	0,82%	0,83%
Outras receitas correntes	0,62%	0,37%	0,16%	0,20%
Total da receita corrente	92,11%	88,58%	89,50%	81,73%
Venda bens de investimento	0,00%	0,20%	0,17%	2,08%
Transferências de Capital	7,69%	9,17%	10,13%	10,45%
Ativos financeiros	0,00%	0,00%	0,00%	0,02%
Passivos financeiros	0,00%	0,00%	0,00%	5,59%
Outras receitas de capital	0,05%	1,99%	0,15%	0,00%
Total da receita de capital	7,74%	11,36%	10,45%	18,15%
Reposições não abatidas aos pagamentos	0,14%	0,07%	0,05%	0,12%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Embora rubricas como a venda de bens, impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades apresentem um comportamento positivo, o seu peso no total da receita é marginal.

O acréscimo da receita corrente na ordem dos 100.000,00€ face a 2016 justifica-se, sobretudo, pelo reforço de transferências correntes e da cobrança de impostos diretos. A execução dos impostos diretos subiu significativamente em 2016, conforme analisado em detalhe no ponto 2.2.3.1 do presente relatório, motivada especialmente no tocante ao IMT e derrama.

Os “impostos indiretos” e as “taxas, multas e outras penalidades” inverteram a tendência do ano anterior, decorrente, sobretudo, da receita proveniente de “loteamentos e obras”. Este ano, verificou-se um acréscimo na cobrança deste tipo de receita em impostos indiretos, por se tratarem de processos despoletados pelo setor produtivo.

Quanto à receita de capital, verifica-se que a execução de 2017 praticamente duplicou face à registada no ano anterior, contribuindo para o efeito o seguinte:

- Encaixe do valor do empréstimo no montante de 358.246,91€ resultante da operação de renegociação de três empréstimos, com encargos considerados elevados face ao praticado no mercado;
- As transferências de capital aumentaram pelo facto de ter ocorrido o reembolso dos pedidos de pagamento relacionados com investimento financiado, sendo o mais relevante o financiando decorrente da empreitada do centro escolar de Montalvo;

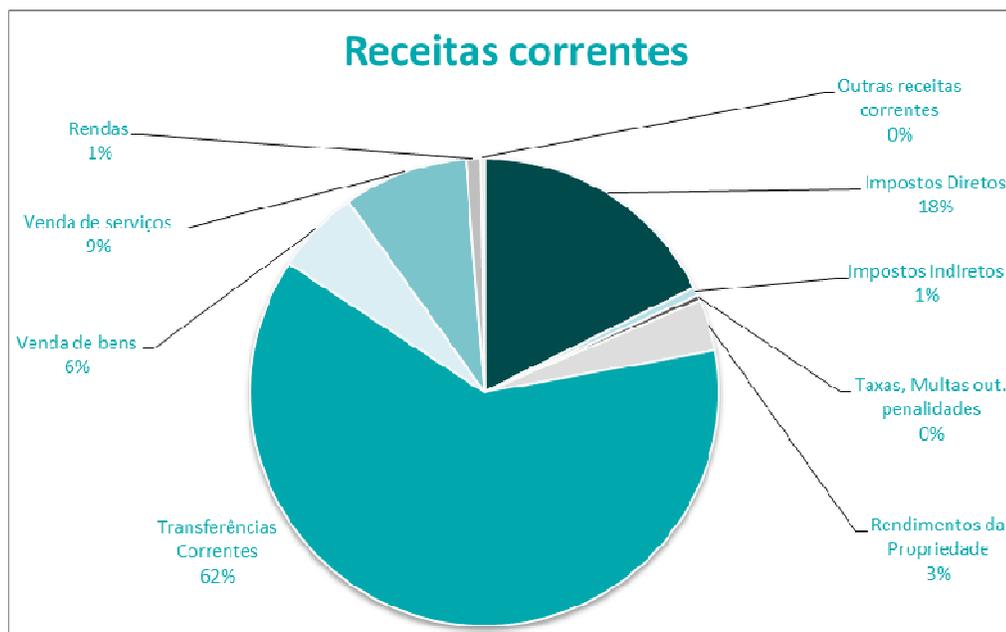
Propõe-se nos pontos seguintes a análise do comportamento das componentes da receita corrente e de capital.

2.2.3 Receita corrente

Conforme demonstrado pelo quadro e gráfico seguintes, as transferências correntes assumem uma posição preponderante no total da receita corrente (62,15%), seguidas dos impostos diretos (17,63%) e da venda de bens e serviços (14,44%).

Em conjunto, estas três rubricas representam cerca de 95% do total da receita corrente cobrada.

Estrutura da receita corrente							
Descrição	2014	2015	2016	2017	Peso	Variação 2017/2016	
Impostos Diretos	581.915,48	515.539,88	871.469,20	922.732,05	17,63%	51.262,85	5,88%
Impostos Indiretos	12.225,28	32.584,19	9.439,91	30.013,87	0,57%	20.573,96	217,95%
Taxas, Multas outras penalidades	17.059,82	19.038,40	38.378,95	20.524,28	0,39%	-17.854,67	-46,52%
Rendimentos da Propriedade	184.102,24	183.115,63	183.418,18	185.368,85	3,54%	1.950,67	1,06%
Transferências Correntes	3.140.636,84	3.201.571,10	3.209.346,76	3.252.874,23	62,15%	43.527,47	1,36%
Venda de bens	234.577,24	283.565,08	327.763,43	306.900,87	5,86%	-20.862,56	-6,37%
Venda de serviços	437.312,49	428.976,75	441.327,13	449.101,74	8,58%	7.774,61	1,76%
Rendas	50.195,48	51.126,02	47.141,76	53.174,19	1,02%	6.032,43	12,80%
Outras receitas correntes	31.547,08	19.669,54	8.924,74	13.109,60	0,25%	4.184,86	46,89%
Total	4.689.571,95	4.735.186,59	5.137.210,06	5.233.799,68	100,00%	96.589,62	1,88%



A referida preponderância é transversal ao período em análise.

Anos	Impostos Diretos		Transferências Correntes		Venda de Bens e Serviços		Total Receita Corrente
	Receita cobrada	Peso	Receita cobrada	Peso	Receita cobrada	Peso	
2014	581.915,48	12,41%	3.140.636,84	66,97%	671.844,73	14,33%	4.689.571,95
2015	515.539,88	10,89%	3.201.571,10	67,61%	712.541,83	15,05%	4.735.186,59
2016	871.469,20	16,96%	3.209.346,76	62,47%	769.090,56	14,97%	5.137.210,06
2017	922.732,05	17,63%	3.252.874,23	62,15%	756.002,61	14,44%	5.233.799,68

2.2.3.1 Impostos diretos

Conforme referido anteriormente, a execução dos impostos diretos de 2017 foi a mais significativa do quadriênio, no montante de 922.732,05€. Já em 2016 se verificou um reforço da execução face aos anos de 2014 e 2015, potenciado sobretudo pelo valor executado de IMI, IMT e Derrama.

Relativamente ao ano de 2017, verifica-se um acréscimo no IMI (38.211,39€), no IUC (11.418,94€) e na derrama (101.356,11€). Apenas o IMT apresenta uma redução face ao ano anterior (99.723,59€), tendo em conta que o ano de 2016 foi um ano atípico na cobrança deste tipo de imposto, distanciando-se significativamente da cobrança dos restantes anos.

Impostos diretos							
Descrição	2014	2015	2016	2017	Peso	Variação 2017/2016	
Imposto municipal sobre imóveis	272.622,84	378.423,89	334.997,49	373.208,88	40,45%	38.211,39	11,41%
Imposto único de circulação	85.206,78	80.501,14	73.432,53	84.851,47	9,20%	11.418,94	15,55%
Imposto sobre transmissões onerosas imóveis	37.551,95	50.093,12	163.753,71	64.030,12	6,94%	-99.723,59	-60,90%
Derrama	186.533,91	6.521,73	299.285,47	400.641,58	43,42%	101.356,11	33,87%
Total	581.915,48	515.539,88	871.469,20	922.732,05	100,00%	51.262,85	5,88%

Pese embora a manutenção da taxa de IMI em 0,37% aprovada pelo órgão deliberativo em sessão ordinária de 17/11/2017, o valor cobrado de IMI em 2017 foi superior ao de 2016, acompanhando a projeção prevista nos documentos previsionais:

Ano	Taxa	Valor previsto	Valor cobrado
2014	0,30%	276.316€	272.622,84€
2015	0,40%	376.501€	378.423,89€
2016	0,37%	346.688€	334.997,49€
2017	0,37%	383.797€	373.208,88€

Vários fatores poderão justificar o valor cobrado, designadamente o aumento do valor patrimonial dos imóveis face ao ano anterior e/ou a cobrança de dívidas de IMI de anos transatos.

A receita proveniente das transmissões onerosas de imóveis teve um decréscimo significativo face ao executado em 2016, alcançando valores mais próximos dos verificados nos restantes anos em análise.

Quanto à derrama, verificou-se uma arrecadação próxima dos 400.000,00€, sendo a execução mais significativa no quadriénio em análise, distanciando-se da verificada em 2016, já bastante elevada face aos anos anteriores.

2.2.3.2 Impostos indiretos

A evolução dos impostos indiretos prende-se sobretudo com a receita proveniente de loteamentos e obras, que retomou o valor cobrado em 2015.

Impostos indiretos							
Descrição	2014	2015	2016	2017	Peso	Variação 2017/2016	
Mercados e Feiras	650,00	345,00	200,00	490,00	1,63%	290,00	145,00%
Loteamentos e obras	9.032,22	28.882,79	5.686,35	26.285,67	87,58%	20.599,32	362,26%
Ocupação da Via pública	264,70	214,00	121,00	26,80	0,09%	-94,20	-77,85%
Publicidade	27,80	589,70	102,10	81,60	0,27%	-20,50	-20,08%
Outros	2.250,56	2.552,70	3.330,46	3.129,80	10,43%	-200,66	-6,02%
Total	12.225,28	32.584,19	9.439,91	30.013,87	100,00%	20.573,96	217,95%

O valor arrecadado em “Outros” respeita, sobretudo, aos contratos celebrados no âmbito dos procedimentos de contratação pública.

2.2.3.3 Taxas, multas e outras penalidades

Neste tipo de receita, a rubrica “Loteamentos e obras” de particulares é a responsável pela maior percentagem de cobrança (53,70%).

Taxas, multas e outras penalidades							
Descrição	2014	2015	2016	2017	Peso	Variação 2017/2016	
Mercados e Feiras	4.525,00	3.612,50	4.873,78	4.445,00	21,66%	-428,78	-8,80%
Loteamentos e obras	5.458,08	6.842,05	26.539,29	11.020,64	53,70%	-15.518,65	-58,47%
Ocupação da via pública	192,00	441,20	432,80	150,00	0,73%	-282,80	-65,34%
Caça, uso e porte de arma	4.227,21	2.914,81	3.052,50	732,50	3,57%	-2.320,00	-76,00%
Saneamento	90,99	139,21	73,10	67,40	0,33%	-5,70	-7,80%
Outras	698,61	1.099,74	1.314,50	1.099,89	5,36%	-214,61	-16,33%
Total taxas específicas	15.191,89	15.049,51	36.285,97	17.515,43	85,34%	-18.770,54	-51,73%
Juros de Mora	98,44	180,17	169,66	247,24	1,20%	77,58	45,73%
Coimas por contra-ordenações	40,00	10,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
Multas e penalidades diversas	1.729,49	3.798,72	1.923,32	2.761,61	13,46%	838,29	43,59%
Total multas e outras penalidades	1.867,93	3.988,89	2.092,98	3.008,85	14,66%	915,87	43,76%
Total	17.059,82	19.038,40	38.378,95	20.524,28	100,00%	-17.854,67	-46,52%

2.2.3.4 Rendimentos de propriedade

A receita preponderante na rubrica “rendimentos de propriedade” é a renda de bens de domínio público, que corresponde à renda proveniente da concessão à EDP.

Rendimentos da Propriedade							
Descrição	2014	2015	2016	2017	Peso	Variação 2017/2016	
Juros	121,92	104,27	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
Rendas - terrenos	10.156,08	10.456,08	9.897,78	11.045,01	5,96%	1.147,23	11,59%
Rendas bens de domínio público	173.824,24	172.555,28	173.520,40	174.323,84	94,04%	803,44	0,46%
Total	184.102,24	183.115,63	183.418,18	185.368,85	100,00%	1.950,67	1,06%

2.2.3.5 Transferências correntes

As transferências são a principal fonte de receita corrente do município, conforme anteriormente referido. A predominância deste tipo de receita no total da receita corrente é transversal aos anos em análise. No total da receita, as transferências correntes representam mais de 60% do total arrecadado em 2017.

Transferências correntes							
Descrição	2014	2015	2016	2017	Peso	Variação 2017/2016	
Fundo Equilíbrio Financeiro (FEF)	2.575.377,00	2.674.627,00	2.709.944,00	2.728.449,00	83,88%	18.505,00	0,68%
Fundo Social Municipal (FSM)	79.502,00	102.898,00	102.898,00	102.898,00	3,16%	0,00	0,00%
Participação IRS	104.779,00	146.792,00	147.086,00	142.626,00	4,38%	-4.460,00	-3,03%
Outras (Estado/Ad. Local/Seg. Social)	308.880,38	238.254,10	210.418,76	239.901,23	7,38%	29.482,47	14,01%
Privadas	72.098,46	39.000,00	39.000,00	39.000,00	1,20%	0,00	0,00%
Total	3.140.636,84	3.201.571,10	3.209.346,76	3.252.874,23	100,00%	43.527,47	1,36%

Das transferências correntes destaca-se o FEF, que tem apresentado ao longo dos últimos anos ligeiros acréscimos. Comparativamente com o ano de 2014, as transferências de FEF aumentaram cerca de 150.000,00 euros.

O FSM mantém-se intacto de 2015 a 2017. As despesas enquadráveis neste fundo atingiram em 2017 o montante de 328.117,98€, englobando remunerações dos trabalhadores afetos ao pré-escolar, refeições escolares, apoio ao serviço de alimentação e prolongamento de horário, transportes escolares, entre outras despesas.

A transferência de IRS resulta da aplicação de uma taxa de participação variável no IRS de 5% aplicada aos rendimentos de 2016 e arrecadada em 2017, aprovada por deliberação da Assembleia Municipal.

O montante registado nas transferências provenientes de privados, de 39.000,00€, respeita ao donativo efetuado pela Caima-Indústria de celulose, S.A., no âmbito da Festa Nossa Senhora da Boa Viagem (35.000,00€) e das Pomonas Camonianas (4.000€) de 2017.

Quanto às “Outras transferências” detalham-se de seguida as que mais contribuíram para a execução de 2017:

Entidade	Valor	Descrição
Comissão de Proteção de crianças e jovens	10.767,72€	A Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, no seu artigo 14º, n.º 1, prevê o apoio ao funcionamento da CPCJ assegurado pelo Município, sendo transferidas verbas para o mesmo de acordo com o n.º 6 do art. 6.º da Lei referida supra ("Os critérios de atribuição do apoio ao funcionamento das comissões de proteção devem ser fixados tendo em consideração a população residente com idade inferior a 18 anos, o volume processual da comissão e a adequada estabilidade da intervenção protetiva, nos termos a definir pela Comissão Nacional").
IFAP – Instituto de financiamento da agricultura e pescas, I.P.	59.586,73€	Financiamento da operação PDR2020-814-014280 - Estabilização de emergência da freguesia de Constância. As principais intervenções foram efetuadas na rede viária florestal e na limpeza das linhas de água, sendo que este projeto visou minimizar as consequências do incêndio florestal que teve início na localidade de Portela, freguesia de São Pedro de Tomar, no dia 07 de julho de 2015, dado como extinto no dia 08 de julho de 2015.
Turismo Centro de Portugal	12.500,00€	Compensação financeira estabelecida pelo Protocolo de acordo entre o Município de Constância e a Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal para apoio ao desenvolvimento da Semana de Turismo Ativo e Festival das Grandes Rotas em 2017.
DGESTE – Direção geral dos estabelecimentos escolares	118.339,49€	Acordo de cooperação do programa de expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar - Componente de apoio à família (prolongamento de horário e serviço de refeições) e pessoal auxiliar, bem como do programa de generalização e fornecimento de refeições escolares no 1º ciclo do ensino básico.
IEFP - Instituto de emprego e formação profissional	18.116,260€	Contratos de emprego de inserção
POISE – Programa operacional inclusão social e emprego	7.903,98€	Financiamento de estágios do programa de estágios profissionais na Administração Local (PEPAL).

Secretaria geral do Ministério da Administração Interna	1.791,53€	Recenseamento eleitoral / Pagamento aos elementos das mesas de voto
Nersant (Provere – Programa de valorização económica de recursos endógenos)	3.616,90€	Rotas e eventos do Tejo
AD&C	7.278,62€	O CAMINHOS é um programa cultural em rede que acontece em treze municípios do Médio Tejo: Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha. Cofinanciado pela União Europeia (PT2020 e CENTRO2020), o projeto inaugura em 2017, apresentando-se anualmente em três momentos programáticos que se unem pelas redes viárias da região. Toda a programação do CAMINHOS é gratuita e inclui as áreas da música, teatro, dança, teatro de rua, circo contemporâneo e percursos artísticos, trazendo à região uma dinâmica cultural inédita. O valor recebido em 2017, diz respeito a parte dos pedidos de pagamento submetidos e validados, sendo que ainda se aguarda o reembolso do valor em falta devido a pedido de reprogramação da candidatura por parte da CIMT.

2.2.3.6 Venda de bens e serviços correntes

A venda de bens correntes apresentou a seguinte desagregação no período em análise:

Venda de bens							
Descrição	2014	2015	2016	2017	Peso	Variação 2017/2016	
Produtos agrícolas e pecuários	509,23	1.191,91	1.635,90	1.245,57	0,41%	-390,33	-23,86%
Produtos alimentares e bebidas	10.607,50	50.348,45	58.550,44	57.470,45	18,73%	-1.079,99	-1,84%
Mercadorias							
Água	210.028,11	220.844,61	229.097,28	232.089,14	75,62%	2.991,86	1,31%
Outras	7.607,40	8.424,11	38.479,81	6.082,41	1,98%	-32.397,40	-84,19%
Outros bens	5.825,00	2.756,00	0,00	10.013,30	3,26%	10.013,30	-
Total	234.577,24	283.565,08	327.763,43	306.900,87	100,00%	-20.862,56	-6,37%

O fornecimento de água é a componente que mais contribui para esta rubrica, representando cerca de 75% do seu volume.

A receita proveniente da venda de bens registou um ligeiro decréscimo face ao ano anterior, potenciado sobretudo pela queda na execução de “Outras mercadorias”. Tal evolução deveu-se ao facto do valor registado em 2016 na referida económica ter sido sobreavaliado em cerca de 30.000,00€ pelo registo indevido nessa classificação da alinação de um imóvel na Praça Alexandre Herculano.

A rubrica “Produtos alimentares e bebidas” corresponde à receita arrecadada proveniente do fornecimento de refeições escolares.

Quanto à venda de serviços, consolida-se o crescimento da receita arrecadada pelo Parque ambiental de Santa Margarida (PASM), integrado na rubrica “Serviços sociais, culturais e recreativos”.

Descrição	Venda de serviços				Peso	Variação 2017/2016	
	2014	2015	2016	2017			
Aluguer de espaços e equipamentos	2.599,65	2.193,92	5.850,50	17.583,60	3,92%	11.733,10	200,55%
Alimentação e alojamento	14.548,92	13.123,86	13.647,45	13.699,99	3,05%	52,54	0,38%
Serviços sociais, culturais e recreativos	11.601,10	17.181,70	22.893,31	29.682,21	6,61%	6.788,90	29,65%
Serviços desportivos	120.199,58	112.975,41	105.410,02	99.791,89	22,22%	-5.618,13	-5,33%
Saneamento: Ligação	1.448,60	1.799,77	779,13	100,02	0,02%	-679,11	-87,16%
Saneamento: Conservação	78.860,38	81.129,72	84.478,44	84.467,29	18,81%	-11,15	-0,01%
Resíduos sólidos	194.574,46	192.747,32	198.563,85	193.613,12	43,11%	-4.950,73	-2,49%
Transportes escolares	5.947,98	1.475,63	1.958,68	1.469,82	0,33%	-488,86	-24,96%
Trabalhos por conta particulares	1.421,62	2.209,34	1.484,98	1.808,55	0,40%	323,57	21,79%
Cemitérios	663,70	1.708,00	927,40	1.570,10	0,35%	642,70	69,30%
Outros	5.401,50	2.432,08	5.333,37	5.315,15	1,18%	-18,22	-0,34%
Total	437.267,49	428.976,75	441.327,13	449.101,74	100,00%	7.774,61	1,76%

O aumento verificado na rubrica de aluguer de equipamentos compensou o decréscimo da receita arrecadada proveniente dos serviços desportivos e dos resíduos sólidos. São enquadráveis nesta rubrica o aluguer ocorrido de alguns equipamentos, como seja o cine-teatro, espaço zêzere e centro náutico.

Regista-se que, tendo em conta a recente alteração ocorrida na afetação da receita a novas económicas, é possível que se verifique alguma inconsistência nos valores executados entre as rubricas “alimentação e alojamento” (inclui o parque de campismo), “serviços sociais, culturais e recreativos” (inclui o PASM, Borboletário, Biblioteca, Museu) e “Serviços desportivos” (para além do pavilhão e piscina, inclui também os passeios realizados pelo PASM).

Prevê-se que no ano de 2018 a execução das rubricas esteja mais estável.

2.2.3.7 Rendas

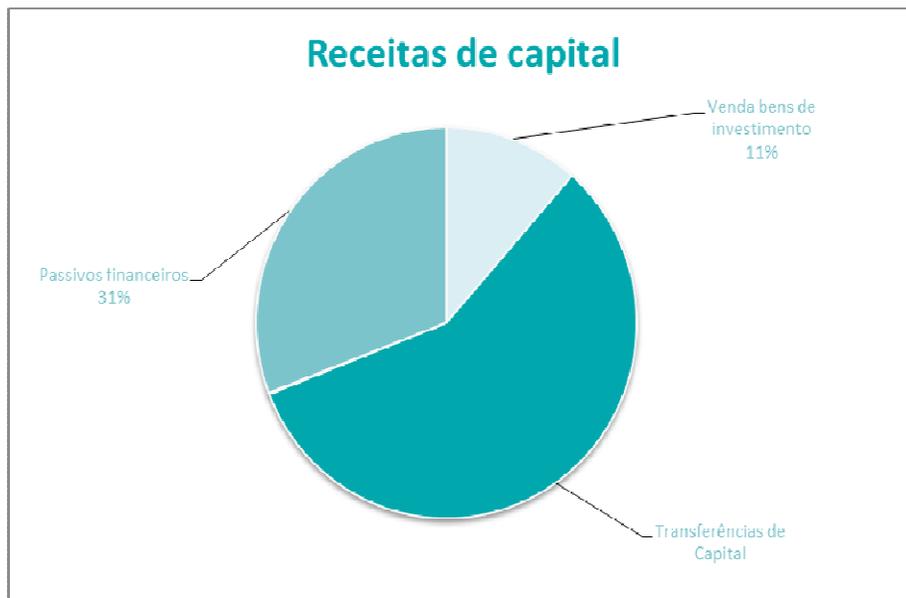
O valor das rendas tem-se mantido sem alterações de significado no período em análise, conforme decorre do quadro seguinte.

Descrição	Rendas				Peso	Variação 2017/2016	
	2014	2015	2016	2017			
Habitações	22.946,21	23.692,19	20.987,77	25.967,35	48,83%	4.979,58	19,18%
Edifícios	27.249,27	27.433,83	26.153,99	27.206,84	51,17%	1.052,85	3,87%
Total	50.195,48	51.126,02	47.141,76	53.174,19	100,00%	6.032,43	11,34%

2.2.4 Receita de capital

Do total das receitas de capital cobradas no ano em análise, 57% correspondem a transferências de capital recebidas. De sublinhar o valor executado de venda de bens de investimento, significativamente distanciado dos valores dos anos anteriores.

Descrição	Estrutura da receita de capital				Peso	Variação 2017/2016	
	2014	2015	2016	2017			
Venda bens de investimento	58,00	10.608,86	9.635,40	133.223,34	11,46%	123.587,94	1282,64%
Transferências de Capital	391.441,50	490.167,31	581.420,67	669.416,65	57,60%	87.995,98	15,13%
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	1.294,95	0,11%	1.294,95	-
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	358.246,91	30,83%	358.246,91	-
Outras receitas de capital	2.700,00	106.293,10	8.867,81	0,00	0,00%	-8.867,81	-100,00%
Total	394.199,50	607.069,27	599.923,88	1.162.181,85	100,00%	562.257,97	93,72%



A estrutura da receita de capital ao longo dos últimos quatro anos encontra-se retratada no quadro seguinte.

Ano	Venda de bens de Investimento		Transferências de Capital		Passivos Financeiros		Total Receita de Capital
	Receita cobrada	Peso	Receita cobrada	Peso	Receita cobrada	Peso	
2014	58,00	0,01%	391.441,50	99,30%	0,00	0,00%	394.199,50
2015	10.608,86	1,75%	490.167,31	80,74%	0,00	0,00%	607.069,27
2016	9.635,40	1,61%	581.420,67	96,92%	0,00	0,00%	599.923,88
2017	133.223,34	11,46%	669.416,65	57,60%	358.246,91	30,83%	1.162.181,85

2.2.4.1 Venda de bens de investimento

O valor executado da venda de bens de investimento deriva, sobretudo, da venda de diversas habitações.

Descrição	Venda de bens de investimento				Peso	Variação 2017/2016	
	2014	2015	2016	2017			
Terrenos	58,00	10.608,86	9.635,40	973,34	0,73%	-8.662,06	-89,90%
Habitações	0,00	0,00	0,00	132.250,00	99,27%	132.250,00	-
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
Outros bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
Total	58,00	10.608,86	9.635,40	133.223,34	100,00%	123.587,94	1282,64%

Os imóveis alienados ao longo do ano de 2017 foram:

- Rua dos Ferreiros, n.º 11 – 11.100€;
- Rua Luís de Camões, n.º 7, 7-A e 7-B – 40.500€;
- Praça Alexandre Herculano, n.º 8 e 9 – 40.600€;
- Rua Luís de Camões, 1ª, Fração A, R/C, 1.º e 2.º - 40.050€;
- Lote na zona industrial – 973,34€ (respeita ao valor de sinal da venda à Sociedade Madeismart, Lda. dos lotes 33 e 33A da Zona Industrial. Entretanto a empresa desistiu da compra e o valor foi, posteriormente, devolvido).

2.2.4.2 Transferências de capital

As transferências de capital arrecadadas em 2017 registam um acréscimo face ao ano anterior, justificado sobretudo pela arrecadação de financiamentos decorrentes da execução de investimentos financiados.

Descrição	Transferências de capital				Peso	Variação 2017/2016	
	2014	2015	2016	2017			
Fundo Equilíbrio Financeiro	286.153,00	297.181,00	301.105,00	310.934,00	46,45%	9.829,00	3,26%
Resto Mundo – FEDER / PT2020	105.288,50	192.986,31	280.315,67	358.482,65	53,55%	78.166,98	27,89%
Total	391.441,50	490.167,31	581.420,67	669.416,65	100,00%	87.995,98	15,13%

No que respeita ao “Fundo de equilíbrio financeiro”, tem sido estratégia do Município preterir as transferências de capital associadas ao FEF de capital face às correntes, atendendo a que a receita corrente pode ser utilizada em despesa de capital, e não o contrário. Para além disso, para efeitos de equilíbrio, conforme analisado no decurso do presente relatório, a receita corrente tem de ser suficiente para compensar a despesa corrente e a amortização média de empréstimos.

A execução de transferências de capital provenientes dos financiamentos decorre, sobretudo, da execução da empreitada do Centro escolar de Montalvo:

- Centro escolar de Montalvo: 354.384,28€;
- Plano de ação de regeneração urbana – Jardim dos correios – 4.098,37€.

2.2.4.3 Ativos e Passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros							
	2014	2015	2016	2017	Peso	Variação 2017/2016	
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	1.294,95	0,36%	1.294,95	-
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	358.246,91	99,64%	358.246,91	-
Total	0,00	0,00	0,00	359.541,86	100,00%	359.541,86	-

O valor registado em ativos financeiros decorre de duas situações:

- Fundo de apoio municipal (FAM) - Distribuição de 80% dos resultados líquidos apurados em 2016 na proporção das respetivas participações, no montante de 206,96€;
- Tagusgás – Empresa de gás do Vale do Tejo, S.A. – Distribuição de dividendos reportados a 2016 no montante de 1.087,99€.

A rubrica “Passivos financeiros” corresponde ao valor arrecadado proveniente de empréstimos. No ano de 2017 foi arrecadado o empréstimo celebrado com o Banco Santander Totta na sequência da operação de substituição de dívida efetuada ao abrigo do previsto na lei do Orçamento de Estado e que permitiu liquidar antecipadamente três empréstimos:

Empréstimo 1 - PASM - 2ª Fase Melhor funcionalidade Borboletário

- Montante – 85.015,35€;
- Amortizações em falta – 52 trimestres;
- Spread inicial – 3,624%;
- Spread atual – 1,49%;
- Poupança total¹ – 12.019,26€.

Empréstimo 2 - Ponte Metálica Praia do Ribatejo Rio Tejo

- Montante - até 86.937,32€;
- Amortizações em falta – 9 semestres ;
- Spread inicial – 6%;
- Spread atual – 1,24%;
- Poupança total¹ – 10.345,54€.

Empréstimo 3 - Centro Escolar de Constância

- Montante - até 186.294,24€;
- Amortizações em falta – 9 semestres ;
- Spread inicial – 6%;
- Spread atual – 1,24%;
- Poupança total¹ – 22.169,01€.

A referida renegociação contemplou uma poupança para o Município próxima de 45.000,00€.

¹ Pressuposto do cálculo - Taxa de juro nula.

2.2.5 Estrutura da receita – Rácios

O quadro seguinte apresenta os rácios de gestão relativos à estrutura de receita, comparando-os de forma evolutiva ao longo dos últimos quatro anos.

Rácios de estrutura de receita								
	2014		2015		2016		2017	
	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%
Receita Própria	967.077,63	18%	1.028.684,47	18%	1.066.029,50	18%	1.191.416,74	17%
Receita Total	5.427.229,39		5.566.117,62		6.019.480,72		6.988.707,52	
Receita Interna	5.321.940,89	98%	5.373.131,31	97%	5.739.165,05	95%	6.271.977,96	90%
Receita Total	5.427.229,39		5.566.117,62		6.019.480,72		6.988.707,52	
Impostos Diretos	581.915,48	11%	515.539,88	9%	871.469,20	14%	922.732,05	13%
Receita Total	5.427.229,39		5.566.117,62		6.019.480,72		6.988.707,52	
Fundos Municipais	2.941.032,00	54%	3.074.706,00	55%	3.113.947,00	52%	3.142.281,00	45%
Receita Total	5.427.229,39		5.566.117,62		6.019.480,72		6.988.707,52	
Ativos financeiros	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	1.294,95	0%
Receita Total	5.427.229,39		5.566.117,62		6.019.480,72		6.988.707,52	
Transferências de capital (Fundos comunitários)	105.288,50	2%	192.986,31	3%	280.315,67	5%	358.482,65	5%
Receita Total	5.427.229,39		5.566.117,62		6.019.480,72		6.988.707,52	
Venda bens e serviços	671.889,73	12%	712.541,83	13%	769.090,56	13%	756.002,61	11%
Receita Total	5.427.229,39		5.566.117,62		6.019.480,72		6.988.707,52	

O primeiro rácio, **receitas próprias sobre a totalidade das receitas**, mede o peso das receitas controladas pelo município em relação à sua totalidade, sendo um indicador de independência financeira revelando a capacidade do Município em gerar recursos próprios. Como receitas próprias consideram-se os impostos indiretos, as taxas, multas e outras penalidades, os rendimentos de propriedade, a venda de bens e serviços, correntes e de capital, e outras receitas correntes.

O valor diminuto deste rácio revela a fragilidade das receitas próprias no financiamento da atividade municipal e a sua dependência face a outros tipos de receita, designadamente transferências e empréstimos.

O rácio **receita interna sobre a totalidade da receita** avalia o peso de todas as receitas da autarquia, com exceção dos financiamentos externos (fundos comunitários) e dos empréstimos contraídos.

2.2.6 Previsão da receita *versus* Execução da receita

A análise comparativa entre o valor previsto de receita (previsões corrigidas) e o valor efetivamente arrecadado permite concluir pelo ajustamento da previsão.

Descrição	Receita Previsão / Execução		Receita cobrada	Taxa de execução
	Previsões iniciais	Previsões corrigidas		
Impostos Diretos	807.469,03	807.469,03	922.732,05	114,27%
Impostos Indiretos	20.818,67	20.818,67	30.013,87	144,17%
Taxas, Multas out. penalidades	20.584,11	20.584,11	20.524,28	99,71%
Rendimentos da Propriedade	184.362,44	184.362,44	185.368,85	100,55%
Transferências Correntes	3.286.301,43	3.286.301,43	3.252.874,23	98,98%
Venda de bens e serviços correntes	860.943,59	860.945,59	809.176,80	93,99%
Outras receitas correntes	16.172,89	16.172,89	13.109,60	81,06%
Total da receita corrente	5.196.652,16	5.196.654,16	5.233.799,68	100,71%
Venda bens de investimento	10.667,85	10.667,85	133.223,34	1248,83%
Transferências de Capital	1.756.072,04	1.940.052,65	669.416,65	34,51%
Ativos financeiros	1,00	1,00	1.294,95	129495,00%
Passivos financeiros	1,00	358.247,91	358.246,91	100,00%
Outras receitas de capital	2.738,79	2.738,79	0,00	0,00%
Total da receita de capital	1.769.479,68	2.311.708,20	1.162.181,85	50,27%
Reposições n/abatidas pagamentos	3.147,16	3.147,16	7.923,17	251,76%
Saldo gerência anterior	0,00	584.802,82	584.802,82	100,00%
Total da receita cobrada	6.969.279,00	8.096.312,34	6.988.707,52	86,32%
Diferença (Receita cobrada - Previsão corrigida)			-1.107.604,82	
Taxa de execução			86,32%	

Tratando-se de uma percentagem de execução superior a 85% confirma-se o cumprimento do limite mínimo de execução previsto no n.º 3 do art. 56.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, que estipula os mecanismos de alerta precoce de desvios.

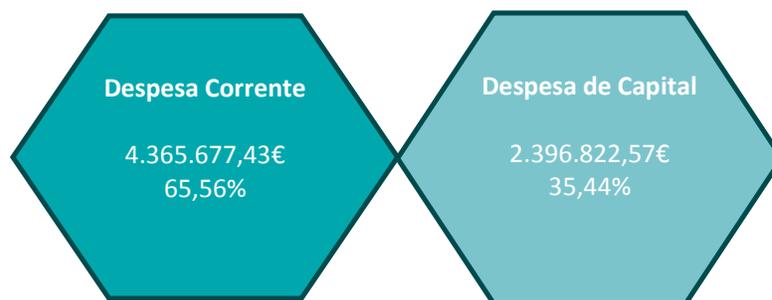
2.2 DESPESA

2.2.1 Despesa global

A despesa executada pelo Município de Constância ao longo dos últimos 4 anos encontra-se retratada no quadro abaixo apresentado.

Evolução da despesa							
Descrição	2014	2015	2016	2017	Peso	Variação 2017/2016	
Despesa corrente	4.141.682,65	4.081.590,39	4.356.082,44	4.365.677,43	64,56%	9.594,99	0,22%
Despesa de capital	1.065.328,62	1.204.892,30	1.078.595,46	2.396.822,57	35,44%	1.318.227,11	122,22%
Total	5.207.011,27	5.286.482,69	5.434.677,90	6.762.500,00	100,00%	1.327.822,10	24,43%

A despesa corrente manteve-se muito próxima dos valores de 2016, contrariamente à despesa de capital que apresentou um acréscimo superior a 1.000.000€ face ao ano transato, resultado, sobretudo, da construção do centro escolar de Montalvo, conforme explanado no ponto 2.2.4 do presente relatório.



Ao longo do último quadriénio, a taxa de execução da despesa total foi sempre superior a 80% face à previsão corrigida.

Execução da despesa				
Descrição	2014	2015	2016	2017
Despesa total prevista	6.022.533,87	5.848.646,69	5.965.778,79	8.096.312,34
Despesa paga	5.207.011,27	5.286.482,69	5.434.677,90	6.762.500,00
Grau de execução da despesa	86,46%	90,39%	91,10%	83,53%

O Município de Constância pagou 92,28% da despesa faturada e 89,02% da despesa compromissada, o que demonstra um adequado ajustamento do orçamento à execução financeira do ano.

Compromisso / Faturação / Pagamento				
Descrição	2014	2015	2016	2017
Compromissos assumidos	5.476.060,76	5.666.109,49	5.714.603,67	7.596.823,63
Faturação	5.351.697,68	5.440.086,56	5.550.803,69	7.328.323,79
Pagamentos	5.207.011,27	5.286.482,69	5.434.677,90	6.762.500,00
Taxa faturado / compromissos assumidos	97,73%	96,01%	97,13%	96,47%
Taxa pago / compromissos assumidos	95,09%	93,30%	95,10%	89,02%
Taxa pago / faturado	97,30%	97,18%	97,91%	92,28%

2.2.2 Estrutura da despesa

A despesa corrente representa cerca de 65% da despesa total, constituindo a despesa de capital os restantes 35% do total. É notório o reforço da importância da despesa de capital na estrutura da despesa do Município em 2017.

As despesas com pessoal (28,56%), aquisição de serviços (22,95%) e aquisição de bens de capital (21,74%) são as rubricas que mais contribuíram para o total da despesa em 2017.

Estas rubricas em conjunto constituem cerca de 70% do total da despesa executada em 2017.

Estrutura da despesa							
Descrição	2014	2015	2016	2017	Peso	Variação 2017/2016	
Despesa com pessoal	2.110.977,82	1.877.760,50	1.946.616,43	1.931.525,22	28,56%	-15.091,21	-0,78%
Aquisição de bens	421.097,62	439.632,40	404.934,41	451.796,84	6,68%	46.862,43	11,57%
Aquisição de serviços	1.229.012,15	1.185.542,01	1.466.751,95	1.551.814,42	22,95%	85.062,47	5,80%
Juros e outros encargos	61.468,72	50.851,97	39.321,55	31.178,93	0,46%	-8.142,62	-20,71%
Transferências Correntes	244.354,86	444.066,55	403.459,67	331.438,21	4,90%	-72.021,46	-17,85%
Outras despesas correntes	74.771,48	83.736,96	94.998,43	67.923,81	1,00%	-27.074,62	-28,50%
Total de despesa corrente	4.141.682,65	4.081.590,39	4.356.082,44	4.365.677,43	64,56%	9.594,99	0,22%
Aquisição de bens de capital	317.296,37	513.606,27	257.624,91	1.470.063,23	21,74%	1.212.438,32	470,62%
Transferências de Capital	143.011,59	54.734,78	38.485,30	11.359,59	0,17%	-27.125,71	-70,48%

Ativos Financeiros	0,00	36.540,00	41.540,00	36.540,00	0,54%	-5.000,00	-
Passivos financeiros	447.041,69	451.642,05	453.730,57	820.983,48	12,14%	367.252,91	80,94%
Outras despesas de capital	157.978,97	148.369,20	287.214,68	57.876,27	0,86%	-229.338,41	-79,85%
Total de despesa de capital	1.065.328,62	1.204.892,30	1.078.595,46	2.396.822,57	35,44%	1.318.227,11	122,22%
Total	5.207.011,27	5.286.482,69	5.434.677,90	6.762.500,00	100,00%	1.327.822,10	24,43%



Aquisição de bens correntes e de capital
Aquisição de serviços
Passivos financeiros



Despesas com pessoal
Juros e outros encargos
Transferências correntes e de capital
Ativos financeiros
Outras despesas correntes e de capital

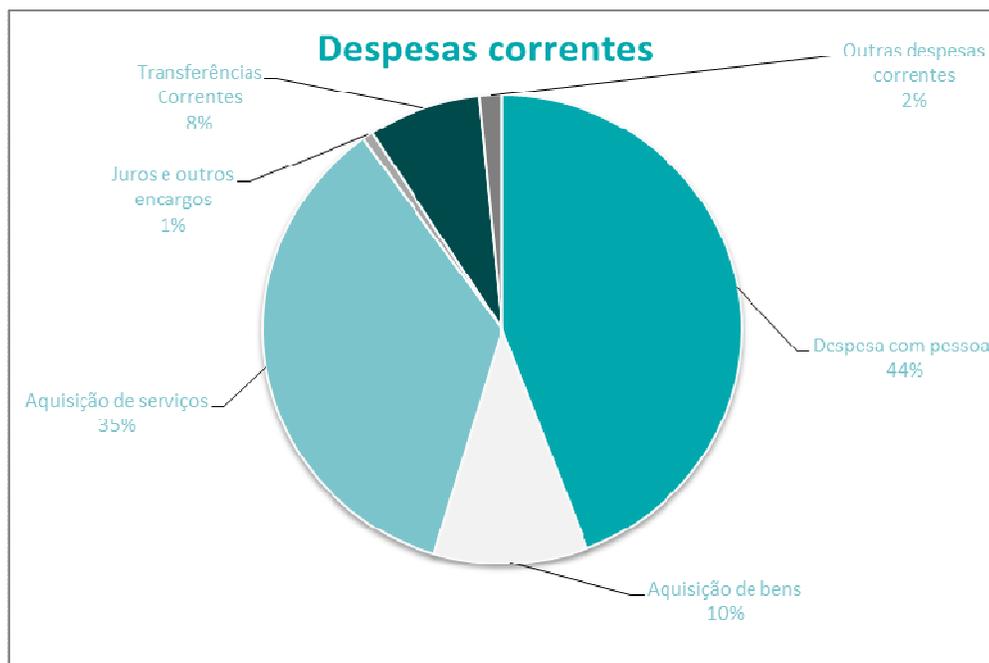
Analisa-se de seguida em detalhe o comportamento das componentes da despesa corrente e de capital.

2.2.3 Despesa corrente

A despesa corrente manteve-se, no total, praticamente inalterada face ao ano anterior. As despesas com pessoal são determinantes no total deste tipo de despesa.

Descrição	Despesa corrente				Peso	Variação 2017/2016	
	2014	2015	2016	2017			
Despesa com pessoal	2.110.977,82	1.877.760,50	1.946.616,43	1.931.525,22	44,24%	-15.091,21	-0,78%
Aquisição de bens	421.097,62	439.632,40	404.934,41	451.796,84	10,35%	46.862,43	11,57%
Aquisição de serviços	1.229.012,15	1.185.542,01	1.466.751,95	1.551.814,42	35,55%	85.062,47	5,80%
Juros e outros encargos	61.468,72	50.851,97	39.321,55	31.178,93	0,71%	-8.142,62	-20,71%
Transferências Correntes	244.354,86	444.066,55	403.459,67	331.438,21	7,59%	-72.021,46	-17,85%
Outras despesas correntes	74.771,48	83.736,96	94.998,43	67.923,81	1,56%	-27.074,62	-28,50%
Total	4.141.682,65	4.081.590,39	4.356.082,44	4.365.677,43	100,00%	9.594,99	0,22%

Se considerarmos em conjunto as despesas com pessoal com a aquisição de bens e serviços reunimos um valor de cerca de 90% do total da despesa corrente, conforme demonstrado no gráfico seguinte.



2.2.3.1 Despesas com pessoal

O Orçamento de Estado para 2017, aprovado pela Lei n.º 42/2016, de 28/12, não impôs limites ao recrutamento para os Municípios que, à semelhança de Constância, apresentassem a situação financeira regularizada.

Nessa sequência, o Município promoveu diversos procedimentos de recrutamento de trabalhadores, cujas funções foram iniciadas ainda em 2017, a saber:

Recrutamento de Trabalhadores		
Categoria	Área	Data de ingresso
Técnico superior	Jurista	04/02/2017
Técnico superior	Jurista	01/06/2017
Técnico superior	Serviço Social	01/11/2017
Técnico superior	SIG	01/11/2017
Assistente operacional	Gabinete de apoio à presidência	01/11/2017

DESPESAS COM PESSOAL							
	2014	2015	2016	2017	Peso	Variação 2017/2016	
Titulares Órgãos Autárquicos	92.654,99	93.623,08	96.991,11	102.458,56	5,32%	5.467,45	5,64%
Pessoal contratado por tempo indeterminado	999.110,24	1.003.316,06	1.024.231,54	997.736,38	51,80%	-26.495,16	-2,59%
Pessoal contratado a termo	33.327,32	3.652,85	22.738,66	13.192,45	0,68%	-9.546,21	-41,98%
Recrutamento pessoal	0,00	13.853,84	0,00	26.905,77	1,40%	26.905,77	-
Pessoal em regime tarefa/avença	33.733,95	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
Pessoal aguardando aposentação	7.701,24	2.235,75	4.156,86	254,27	0,01%	-3.902,59	-93,88%
Pessoal qualquer outra situação	94.841,55	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
Representação	18.696,04	24.763,92	26.102,28	25.887,71	1,34%	-214,57	-0,82%
Suplementos e Prémios	5.948,86	3.269,92	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
Subsídio de Refeição	129.256,01	99.537,97	98.935,90	101.752,95	5,28%	2.817,05	2,85%
Subsídio de Férias e de Natal	196.822,57	182.629,23	195.094,69	183.282,41	9,52%	-11.812,28	-6,05%
Remuneração por doença e maternidade ou paternidade	15.928,79	11.516,73	23.432,07	29.433,24	1,53%	6.001,17	25,61%
Remunerações certas e permanentes	1.628.021,56	1.438.399,35	1.491.683,11	1.480.903,74	76,88%	-10.779,37	-0,72%
Horas extraordinárias	14.507,43	18.259,00	19.162,37	28.285,40	1,47%	9.123,03	47,61%
Alimentação e alojamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
Ajudas de custo	4.546,57	4.889,21	3.427,44	2.720,37	0,14%	-707,07	-20,63%
Abono para falhas	2.247,92	2.151,34	1.970,03	1.886,16	0,10%	-83,87	-4,26%
Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
Indemnização por cessação funções	5.474,20	2.693,30	10.977,50	1.389,97	0,07%	-9.587,53	-
Outros suplementos e prémios	1.250,00	1.250,00	3.412,88	3.363,42	0,17%	-49,46	-1,45%
Outros abonos	473,71	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
Abonos variáveis ou eventuais	28.499,83	29.242,85	38.950,22	37.645,32	1,95%	-1.304,90	-3,35%
Subsídio familiar a crianças e jovens	5.684,38	5.466,76	5.372,68	2.970,04	0,15%	-2.402,64	-44,72%
Outras prestações familiares	1.257,66	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
Contribuições para a Segurança Social e CGA	354.639,59	318.711,89	306.852,92	330.034,70	17,13%	23.181,78	7,55%
ADSE	67.119,78	60.501,22	80.879,74	53.628,47	2,78%	-27.251,27	-33,69%
Seguros	18.061,60	16.495,23	16.888,94	21.036,81	1,09%	4.147,87	24,56%
Segurança social	446.763,01	401.175,10	409.994,28	407.670,02	21,16%	-2.324,26	-0,57%
Total	2.103.284,40	1.868.817,30	1.940.627,61	1.926.219,08	100,00%	-14.408,53	-0,74%

Não obstante o referido recrutamento, o acréscimo no valor de trabalho suplementar pago, o acréscimo do salário mínimo, a eliminação da redução remuneratória dos salários acima dos 1.500€, entre outros acréscimos verificados, as despesas com pessoal assumiram um valor em 31/12/2017 inferior em cerca de 15.000€ face a 2016.

Para tal, contribuiu designadamente a redução nos valores pagos por contratos a tempo indeterminado e a termo, fruto de licenças sem vencimento, rescisões de contrato e processos de mobilidade.

Saídas de Trabalhadores			
Motivo	Categoria	Área	Data de saída
Rescisão de contrato	Assistente operacional	Proteção civil	27/06/2017
Rescisão de contrato	Assistente operacional	Educação	04/04/2017
Licença sem vencimento	Assistente operacional	Empreitadas e obras por administração direta	01/10/2017
Mobilidade para outra entidade	Técnico Superior	Proteção Civil	01/06/2017
Não consolidação de mobilidade	Técnico Superior	Contabilidade	30/04/2017

Também as situações de baixa e de licença de maternidade/paternidade de trabalhadores com descontos para a segurança social contribuíram para a redução, num montante aproximado de 30.000,00€.

2.2.3.2 Aquisição de bens

A aquisição de bens representa cerca de 10% da despesa corrente e apresentou um ligeiro acréscimo face ao verificado no ano anterior.

A componente mais importante deste tipo de despesa é a venda de água, que assume 40% do total dos bens.

A execução relativa à aquisição de gás mantém-se residual atendendo à alteração efetuada na classificação económica da despesa que passou a ser enquadrada enquanto “encargos das instalações”.

O valor constante de “Alimentação-Refeições confeccionadas” inclui a contratualização com a empresa que fornece as refeições escolares.

Aquisição de bens							
	2014	2015	2016	2017	Peso	Variação 2017/2016	
Combustíveis e lubrificantes:	148.676,91	130.627,27	50.417,29	58.484,21	12,94%	8.066,92	16,00%
Gasolina	10.024,46	6.591,31	5.165,47	7.320,82	1,62%	2.155,35	41,73%
Gasóleo	62.161,05	51.970,67	43.041,33	49.243,13	10,90%	6.201,80	14,41%
Outros	76.491,40	72.065,29	2.210,49	1.920,26	0,43%	-290,23	-13,13%
Limpeza e higiene	10.072,31	10.987,84	9.015,96	9.228,98	2,04%	213,02	2,36%
Alimentação-Refeições confeccionadas	10.233,32	50.555,91	65.322,94	53.357,67	11,81%	-11.965,27	-18,32%
Alimentação - Gêneros para confeitaria	0,00	371,00	0,00	135,89	0,03%	135,89	-
Vestuário e artigos pessoais	7.577,34	5.227,65	3.831,48	6.272,27	1,39%	2.440,79	63,70%
Material de escritório	10.091,08	10.587,46	9.293,86	11.062,87	2,45%	1.769,01	19,03%
Produtos químicos e farmacêuticos	7.011,95	10.722,61	11.102,77	10.492,63	2,32%	-610,14	-5,50%
Material de transporte - Peças	17.464,47	13.139,89	5.704,40	7.870,15	1,74%	2.165,75	37,97%
Outro material - peças	5.879,46	3.984,89	4.256,36	9.066,92	2,01%	4.810,56	113,02%
Prêmios, condecorações e ofertas	11.367,59	12.995,36	25.129,01	34.546,50	7,65%	9.417,49	37,48%
Mercadorias para venda:	170.271,83	171.675,64	182.295,70	185.040,65	40,96%	2.744,95	1,51%
Água	163.613,21	166.230,50	171.681,16	178.673,91	39,55%	6.992,75	4,07%
Outras	6.658,62	5.445,14	10.614,54	6.366,74	1,41%	-4.247,80	-40,02%
Ferramentas e Utensílios	1.737,43	1.342,50	1.370,25	5.125,66	1,13%	3.755,41	274,07%
Livros e documentação técnica	60,00	63,10	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
Material educação, cultura e recreio	3.312,35	3.376,72	7.036,27	9.995,82	2,21%	2.959,55	42,06%
Outros bens	17.323,59	13.974,56	30.121,22	51.116,62	11,31%	20.995,40	69,70%
Total	421.079,63	439.632,40	404.897,51	451.796,84	100,00%	46.899,33	11,58%

2.2.3.3 Aquisição de serviços

O valor da aquisição de serviços justifica-se, por ordem de valor, pelos encargos de instalações (29,11%), outros trabalhos especializados (34,58%) e limpeza e higiene (11,15%).

Aquisição de serviços							
	2014	2015	2016	2017	Peso	Variação 2017/2016	
Encargos de Instalações	430.776,76	421.981,44	522.415,46	451.497,21	29,11%	-70.918,25	-13,58%
Eletricidade das instalações	-	-	198.944,55	186.129,89	12,00%	-12.814,66	-6,44%
Gás das instalações	-	-	46.809,41	62.032,78	4,00%	15.223,37	32,52%
Iluminação pública	-	-	276.661,50	203.334,54	13,11%	-73.326,96	-26,50%
Limpeza e higiene	189.811,23	183.425,74	192.749,49	172.903,74	11,15%	-19.845,75	-10,30%
Conservação de bens	23.689,74	28.413,41	21.003,92	30.118,53	1,94%	9.114,61	43,39%
Locação de outros bens	35.366,49	43.971,02	75.914,92	110.822,75	7,14%	34.907,83	45,98%
Comunicações	37.609,11	37.081,84	42.316,38	26.100,42	1,68%	-16.215,96	-38,32%
Transportes	133.339,65	86.678,40	127.981,60	82.009,58	5,29%	-45.972,02	-35,92%
Seguros	36.036,44	43.335,19	42.829,67	42.701,61	2,75%	-128,06	-0,30%
Deslocações e estadas	1.776,94	2.269,45	1.638,50	6.869,50	0,44%	5.231,00	319,26%
Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	1.457,80	9.875,28	6.832,65	3.504,15	0,23%	-3.328,50	-48,71%
Formação	220,00	1.649,33	1.385,00	4.814,75	0,31%	3.429,75	247,64%
Publicidade	12.034,98	22.830,80	31.198,23	36.284,68	2,34%	5.086,45	16,30%
Vigilância e Segurança	9.874,47	18.412,45	14.542,80	8.127,96	0,52%	-6.414,84	-44,11%
Assistência técnica	5.266,08	11.413,99	10.083,74	8.644,09	0,56%	-1.439,65	-14,28%
Outros trabalhos especializados	290.143,00	247.906,98	346.819,50	536.463,27	34,58%	189.643,77	54,68%
Utilização de Infraestruturas de transportes	3.782,24	4.702,61	4.103,59	4.316,26	0,28%	212,67	5,18%
Encargos de cobrança	11.399,52	12.725,50	14.305,27	13.144,90	0,85%	-1.160,37	-8,11%
Outros serviços	6.206,30	8.376,58	9.917,83	12.839,12	0,83%	2.921,29	29,45%
Total	1.228.790,75	1.185.050,01	1.466.038,55	1.551.162,52	100,00%	85.123,97	5,81%

Relativamente aos encargos com instalações, verificou-se no ano de 2016 uma alteração na desagregação deste tipo de despesa por eletricidade, gás e iluminação pública e a inclusão do gás como despesa a incluir nos encargos. Anteriormente a 2016, o gás era incluído na aquisição de bens.

É notória a redução nos valores pagos de iluminação pública, contribuindo, entre outros fatores, algumas medidas implementadas pelo Município na gestão das luminárias.

Também os valores gastos em comunicações reduziram significativamente resultado de um novo procedimento de contratação efetuado que permitiu uma gestão mais eficiente das comunicações.

Quanto aos transportes escolares, a redução decorre nomeadamente do facto do Município assegurar com recursos próprios o circuito de Santa Margarida, anteriormente assegurado pela contratação a uma empresa desse serviço.

É notório o reforço da formação, que atingiu um valor próximo dos 5.000€ em 2017, sendo o valor mais alto do quadriénio. Para o efeito contribuiu a alteração ao código da contratação pública (CCP) e a previsível entrada em vigor do sistema de normalização contabilística (SNC), que acabou por ser adiada para o ano de 2019 através de comunicado do Secretário de Estado das Autarquias Locais, datado de 28 de dezembro de 2017.

2.2.3.4 Transferências correntes

A generalidade das transferências correntes efetuadas, com exceção das bolsas de estudo ao ensino superior e auxílios económicos aos livros e materiais escolares, registados em “Famílias – Outros”, decresceu comparativamente a 2016, o que perfaz uma redução global neste tipo de despesa de cerca de 70.000€.

As reduções mais significativas relacionam-se com os apoios pagos a instituições sem fins lucrativos, bem como com os contratos de emprego de inserção enquadrados na rubrica “Famílias – programas ocupacionais”.

	Transferências correntes						
	2014	2015	2016	2017	Peso	Variação 2017/2016	
Agrupamento de escolas de Constância	17.555,52	11.470,44	13.993,11	7.298,00	2,20%	-6.695,11	-47,85%
Outros serviços e fundos autónomos (DGESTE)	0,00	37.313,30	38.504,84	35.940,83	10,84%	-2.564,01	-6,66%
Juntas de Freguesia	23.437,30	23.176,10	23.014,80	23.014,80	6,94%	0,00	0,00%
Município de Figueiró dos Vinhos	64,11	433,96	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
CIMT	12.677,60	3.129,62	6.807,38	3.000,41	0,91%	-3.806,97	-55,92%
Sistemas de solidariedade e segurança social	0,00	6.889,82	5.558,14	0,00	0,00%	-5.558,14	-100,00%
Instituições sem fins lucrativos	175.310,33	222.655,70	227.462,17	198.061,64	59,76%	-29.400,53	-12,93%
Famílias - Programas ocupacionais	0,00	0,00	72.621,23	45.019,08	13,58%	-27.602,15	-38,01%
Famílias - Outras	15.310,00	138.997,61	15.498,00	19.103,45	5,76%	3.605,45	23,26%
Total	244.354,86	444.066,55	403.459,67	331.438,21	100,00%	-72.021,46	-17,85%

O valor dirigido ao Agrupamento de escolas de Constância resulta do seguinte:

- Gestão de estabelecimentos de ensino relativo ao Pré-escolar – Ano letivo 2017/2018 – 3.501,00€
- Gestão de estabelecimentos de ensino relativo ao primeiro ciclo – Ano letivo 2017/2018 – 3.797,00€;
- Prémio Camões – Ano letivo 2016/2017 – 700,00€.

Quanto à transferência para a DGESTE, o montante decorre do previsto na cláusula 3.ª do protocolo de fornecimento de refeições escolares a crianças do pré-escolar e 1.º ciclo ano relativo ao ano letivo 2016/2017 que prevê como responsabilidade do Município subsidiar o valor das refeições escolares dos alunos dos escalões A e B, bem como o diferencial entre o preço real das refeições e o valor a pagar pelos alunos.

No que concerne às transferências para as juntas de freguesia, os mesmos decorrem dos acordos de execução que concretizam a delegação de competências, aprovados pelo órgão deliberativo na sessão ordinária de 29/04/2014, que preveem os seguintes pagamentos mensais:

- Junta de freguesia de Constância – 332.59€ (mês) / 3.991,08€ (ano);
- Junta de freguesia de Montalvo – 554,30€ (mês) / 6.651,60€ (ano);
- Junta de freguesia de Santa Margarida da Coutada – 1.031,01€ (mês) / 12.372,12€ (ano).

No concernente às transferências correntes concedidas identificam-se os principais apoios a atividades desenvolvidas pagos em 2016.

Entidade	Valor
ADACA – Associação de defesa de animais concelho Abrantes	5.740,16 €
Agrupamento de escuteiros CNE	200,00€
APTET – Associação portuguesa de turismo equestre e trec	600,00€
Associação de pais encarregados de educação do Agrupamento de escolas de Constância	150,00€
Associação de agricultores de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação	1.250,00 €
Associação cultural e desportiva Aldeense	1.375,00€
Associação casa memória de Camões	16.000,00€
Associação filarmónica Montalvense 24 de janeiro	8.158,31 €
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários	32.595,60€
Associação Humanitária de Montalvo	92,00 €
Casa do povo de Montalvo	4.576,44 €
Centro de ciência viva de Constância	25.000,00 €
CICO – Centro internacional do carrilhão e do órgão	2.987,50 €
Fábrica da Igreja paroquial da Freguesia de Santa Margarida	200,00 €
Federação portuguesa de orientação	2.500,00€
Grupo recreativo, desportivo Vale de Mestre “Os relâmpagos”	164,25 €
JICA – Juventude inovadora com atitude	1.472,38 €
Associação quatro cantos do cisne	94.500,00 €
Rancho folclórico “Os Camponeses “ de Malpique	500,00 €

A acrescer aos referidos apoios importa registar que ao longo do exercício decorreram diversos apoios em espécie, de entre os quais se destacam os que de valor global ultrapassam os 5.000,00€:

- Casa do Povo de Montalvo:
 - Isenções e licenças – 484,55€;
 - Isenções instalações desportivas – 14.100,00€;
 - Isenções viaturas municipais – 10.079,28€.
- Clube Estrela Verde:
 - Isenções de instalações desportivas – 10.690,00€.
- Associação Cultural Aldeense:
 - Isenção instalações desportivas- 6.825,00€;
 - Isenção viaturas municipais – 3.819,76€.

Os valores apoiados, quer em espécie quer em dinheiro, foram reportados oportunamente à Inspecção Geral de Finanças, reporte obrigatório efetuado anualmente.

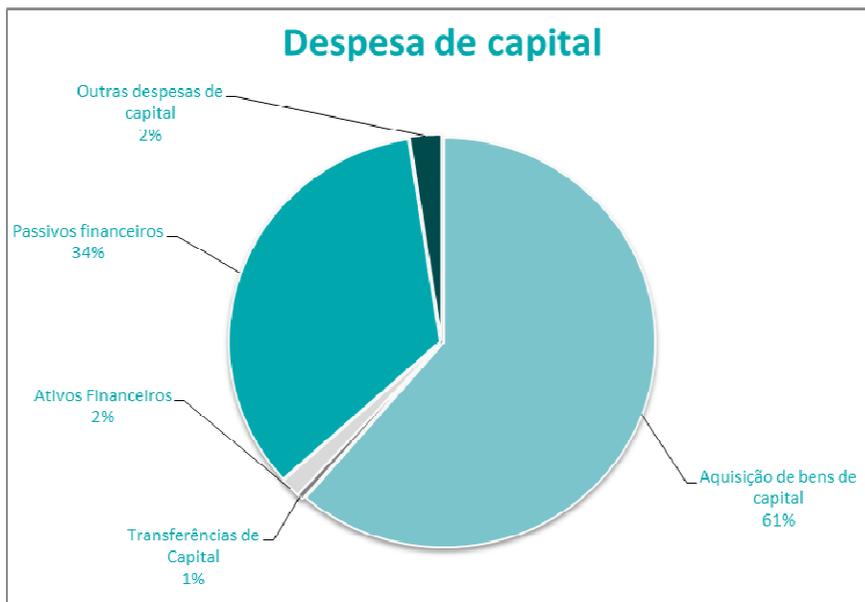
De referir que o valor executado na rubrica “Programas ocupacionais – outros” se refere ao pagamento dos contratos de emprego de inserção, cujo valor reduziu praticamente 40% face ao executado em 2016. Em 2015 este tipo de despesa foi enquadrada em “Famílias –Programas ocupacionais”, o que justifica o elevado valor registado nessa rubrica no referido ano.

2.2.4 Despesas de capital

A despesa de capital mais que duplicou face ao ano de 2016, retomando a tendência de crescimento registada de 2014 para 2015.

Para o efeito contribuiu a retoma da construção do centro escolar de Montalvo, que apresentou uma faturação de 1.135.341,80€ em 2017, tendo sido pago nesse ano o montante de 852.626,52€ referente à empreitada e fiscalização. O remanescente foi pago já no exercício de 2018.

Despesa capital							
Descrição	2014	2015	2016	2017	Peso	Variação 2017/2016	
Aquisição de bens de capital	317.296,37	513.606,27	257.624,91	1.470.063,23	61,33%	1.212.438,32	470,62%
Transferências de Capital	143.011,59	54.734,78	38.485,30	11.359,59	0,47%	-27.125,71	-70,48%
Ativos Financeiros	0,00	36.540,00	41.540,00	36.540,00	1,52%	-5.000,00	-12,04%
Passivos financeiros	447.041,69	451.642,05	453.730,57	820.983,48	34,25%	367.252,91	80,94%
Outras despesas de capital	157.978,97	148.369,20	287.214,68	57.876,27	2,41%	-229.338,41	-79,85%
Total	1.065.328,62	1.204.892,30	1.078.595,46	2.396.822,57	100,00%	1.318.227,11	122,22%



2.2.4.1 Aquisição de bens de capital

Esta rubrica é maioritariamente constituída por investimentos efetuados em construções diversas, espelhados no plano plurianual de investimentos.

Aquisição de bens de capital							
	2014	2015	2016	2017	Peso	Variação 2017/2016	
Terrenos	0,00	0,00	0,00	20.000,00	1,36%	20.000,00	-
Habitacões (reparações e beneficiações)	21.930,41	46.841,95	28.376,28	27.988,86	1,90%	-387,42	-1,37%
Edifícios	65.754,61	210.538,62	10.415,70	929.420,48	63,22%	919.004,78	8823,26%
Construções diversas	162.185,12	79.158,36	80.886,35	404.287,78	27,50%	323.401,43	399,82%
Material de transporte	10.820,00	37.571,18	1.442,03	7.382,99	0,50%	5.940,96	411,99%
Equipamento de Informática	2.179,93	58.663,72	20.201,34	7.974,19	0,54%	-12.227,15	-60,53%
Software Informático	5.781,00	36.669,92	26.813,18	12.682,63	0,86%	-14.130,55	-52,70%
Equipamento Administrativo	0,00	0,00	29,00	0,00	0,00%	-29,00	-100,00%
Equipamento Básico	38.298,10	34.692,52	41.623,07	45.520,91	3,10%	3.897,84	9,36%
Ferramentas e Utensílios	4.469,43	8.398,20	6.116,36	2.505,39	0,17%	-3.610,97	-59,04%
Investimentos Incorpóreos	5.793,79	0,00	41.721,60	12.300,00	0,84%	-29.421,60	-70,52%
Outros Investimentos	83,98	341,18	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
Total	317.296,37	512.875,65	257.624,91	1.470.063,23	100,00%	1.212.438,32	470,62%

O valor de 20.000€ de terrenos respeita à aquisição de uma parcela de terreno para integração no domínio público municipal, sita em Constância, mais precisamente o acesso ao Campo de Ténis, correspondendo-lhe o bem registado no património municipal com o número de inventário 776. Trata-se da regularização de uma situação que se arrastava há algum tempo.

A variação na rubrica “Edifícios” justificou-se em grande medida pela construção do Centro Escolar de Montalvo, conforme já referido, bem como pela requalificação de um lote no Bairro do Chão da Feira e da Biblioteca Municipal.

Em “construções diversas” registaram-se, designadamente, os seguintes investimentos:

- Ampliação do Cemitério de Portela;
- Emissário Esgotos Zona Exp. Constância - ETAR CAIMA;
- Beneficiação do açude se Santa Margarida;
- PARU-Reabilitação do Jardim dos Correios e Talude;
- Pavimentação de Arruamentos.

Em “investimentos incorpóreos” enquadrou-se a elaboração do programa estratégico de regeneração urbana (PERU) e respetiva assistência técnica, bem como a assistência técnica à obra de reabilitação do jardim dos correios. A execução verificada em 2016 já incluía custos com a elaboração do PERU e do PARU (plano de ação de regeneração urbana) do centro histórico de Constância, bem como o projeto da requalificação do jardim dos correios.

De salientar o esforço continuado do Município na área informática, com a pretensão de dotar os serviços de equipamentos informáticos adequados ao projeto de modernização administrativa em curso.

2.2.4.2 Transferências de capital

As transferências de capital assumiram em 2017 um valor praticamente insignificante no total da despesa de capital, sendo o valor mais baixo do quadriénio em análise.

Transferências de capital							
	2014	2015	2016	2017	Peso	Variação 2017/2016	
Coletividades	7.726,54	9.188,53	27.433,52	6.903,76	60,77%	-20.529,76	-74,83%
Outras Instituições	114.070,47	31.946,73	11.051,78	4.455,83	39,23%	-6.595,95	-59,68%
Famílias	21.214,58	13.599,52	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
Total	143.011,59	54.734,78	38.485,30	11.359,59	100,00%	-27.125,71	-70,48%

Detalham-se, de seguida, os apoios a investimentos pagos a Coletividades em 2017.

Entidade	Valor
Associação filarmónica Montalvense 24 de janeiro	287,50€
Casa do povo de Montalvo	702,63€
CICO – Centro internacional do carrilhão e do órgão	187,00€
Fábrica da Igreja Paroquial Freguesia de Montalvo	2.142,66€
Fábrica da Igreja Paroquial Freguesia de Santa Margarida da Coutada	2.500,00€
Sociedade recreativa Portelense	1.083,97€

2.2.4.3 Passivos financeiros

	Passivos financeiros					
	2014	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	
Empréstimos de médio/longo prazo	447.041,69	451.642,05	453.730,57	820.983,48	367.252,91	80,94%
Total	447.041,69	451.642,05	453.730,57	820.983,48	367.252,91	80,94%

A execução verificada nos passivos financeiros decorreu da operação de substituição de dívida efetuada em 2017, ao abrigo do previsto na LOE para 2016 e 2017, e que permitiu a antecipação de 3 empréstimos com *spreads* considerados elevados face ao contexto de mercado, conforme referido no ponto 2.1.4.3. do presente relatório. Não se trata, portanto, de um efetivo acréscimo de pagamentos decorrente de empréstimos contratados.

Em alternativa à liquidação dos empréstimos, que obrigou ao registo da execução orçamental da despesa na rubrica relativa a passivos financeiros, verificou-se o encaixe financeiro, lançado na receita no valor dos empréstimos bancários, contratados ao abrigo da operação citada.

2.2.5 Rácios da estrutura da despesa

O quadro seguinte apresenta os rácios de gestão relativos à estrutura da despesa, evidenciando a sua evolução ao longo do período em análise.

Fórmulas	2014		2015		2016		2017	
	Valores	%	Valores	%	Valores	%	Valores	%
Pessoal	2.110.977,82	41%	1.877.760,50	36%	1.946.616,43	36%	1.931.525,22	29%
Despesa Total	5.207.011,27		5.286.482,69		5.434.677,90		6.762.500,00	
Pessoal-Remunerações certas	1.628.021,56	31%	1.438.399,35	27%	1.502.660,61	28%	1.482.293,71	22%
Despesa Total	5.207.011,27		5.286.482,69		5.434.677,90		6.762.500,00	
Aquisição bens e serviços correntes	1.650.109,77	32%	1.625.174,41	31%	1.871.686,36	34%	2.003.611,26	30%
Despesa Total	5.207.011,27		5.286.482,69		5.434.677,90		6.762.500,00	
Serviço da Dívida	508.510,41	10%	502.494,02	10%	493.052,12	9%	852.162,41	13%
Despesa Total	5.207.011,27		5.286.482,69		5.434.677,90		6.762.500,00	
Aquisição bens de Investimento	317.296,37	6%	513.606,27	10%	257.624,91	5%	1.470.063,23	22%
Despesa Total	5.207.011,27		5.286.482,69		5.434.677,90		6.762.500,00	
Receitas próprias	967.077,63	23%	1.028.684,47	25%	1.066.029,50	24%	1.191.416,74	27%
Despesa corrente	4.141.682,65		4.081.590,39		4.356.082,44		4.365.677,43	
Receitas próprias	967.077,63	19%	1.028.684,47	19%	1.066.029,50	20%	1.191.416,74	18%
Despesa global	5.207.011,27		5.286.482,69		5.434.677,90		6.762.500,00	

O rácio relacionado com a despesa com pessoal pretende evidenciar a importância que este tipo de despesa assume no contexto da despesa do município.

Quanto ao impacto do serviço da dívida no total das despesas do município, importa esclarecer que o mesmo considera os encargos com a amortização, juros e outros encargos resultantes das comissões cobradas pelas entidades bancárias.

O resultado do rácio “Aquisição de bens de investimento / despesa total” reforça o já anteriormente referenciado quanto ao acréscimo das obras e aquisição de bens de capital.

O rácio que relaciona as receitas próprias e as suas despesas permite aferir o grau de dependência do Município em relação a outro tipo de receitas, designadamente as provenientes do orçamento de estado.

2.2.6 Previsão da despesa versus Execução da despesa

À semelhança do verificado na receita, a análise comparativa entre a previsão da despesa e a sua execução denota uma preocupação evidente de fazer convergir a previsão da despesa à sua execução.

Despesa Previsão / Execução				
	Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Despesa paga	Taxa de execução
Assembleia Municipal	8.832,00	9.162,20	5.958,04	65,03%
Despesa com pessoal	2.143.447,30	1.939.817,35	1.926.219,08	99,30%
Aquisição de bens	403.338,36	541.784,56	451.796,84	83,39%
Aquisição de serviços	1.427.394,53	1.878.058,09	1.551.162,52	82,59%
Juros e outros encargos	48.792,63	44.278,21	31.178,93	70,42%
Transferências Correntes	397.717,28	420.474,33	331.438,21	78,82%
Outras despesas correntes	74.090,52	77.611,52	67.923,81	87,52%
Total de despesa corrente	4.503.612,62	4.911.186,26	4.365.677,43	88,89%
Aquisição de bens de capital	1.806.840,88	2.227.971,66	1.470.063,23	65,98%
Transferências de Capital	39.090,18	38.734,18	11.359,59	29,33%
Ativos Financeiros	36.540,00	36.540,00	36.540,00	100,00%
Passivos financeiros	444.452,32	821.879,23	820.983,48	99,89%
Outras despesas de capital	138.744,00	60.001,00	57.876,27	96,46%
Total de despesa de capital	2.465.667,38	3.185.126,07	2.396.822,57	75,25%
Total da despesa	6.969.280,00	8.096.312,33	6.762.500,00	83,53%
Diferença (Despesa cobrada - Dotação corrigida)			-1.333.812,33	
Taxa de execução			83,53%	

2.3 GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP)

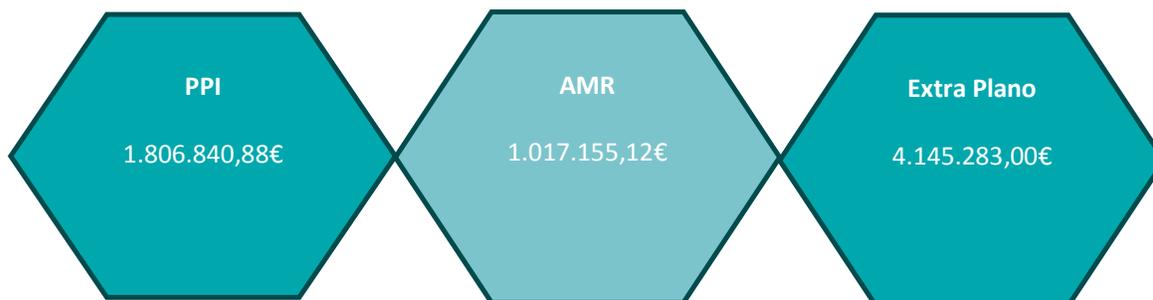
2.3.1 Análise evolutiva das GOP

As grandes opções do plano (GOP) sistematizam para o ano, com reflexo nos três anos subsequentes, um conjunto de intervenções que se perspectivam desenvolver no exercício em curso e seguintes.

Os valores previstos encontram-se espelhados nos mapas abaixo apresentados.

A “Previsão inicial” respeita aos valores previstos constantes do orçamento inicialmente aprovado. As “Previsões corrigidas” correspondem ao valor disponível resultante das modificações orçamentais ocorridas ao longo do exercício.

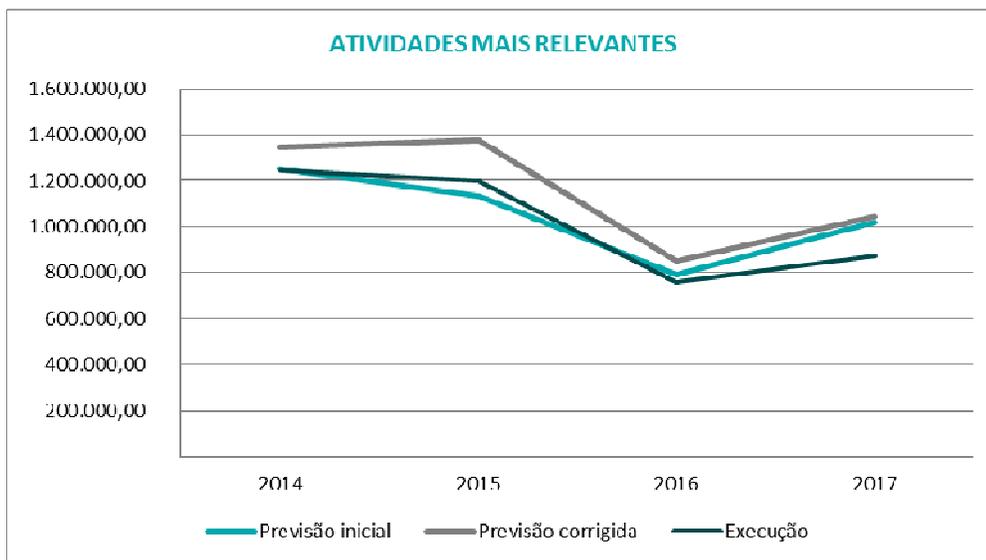
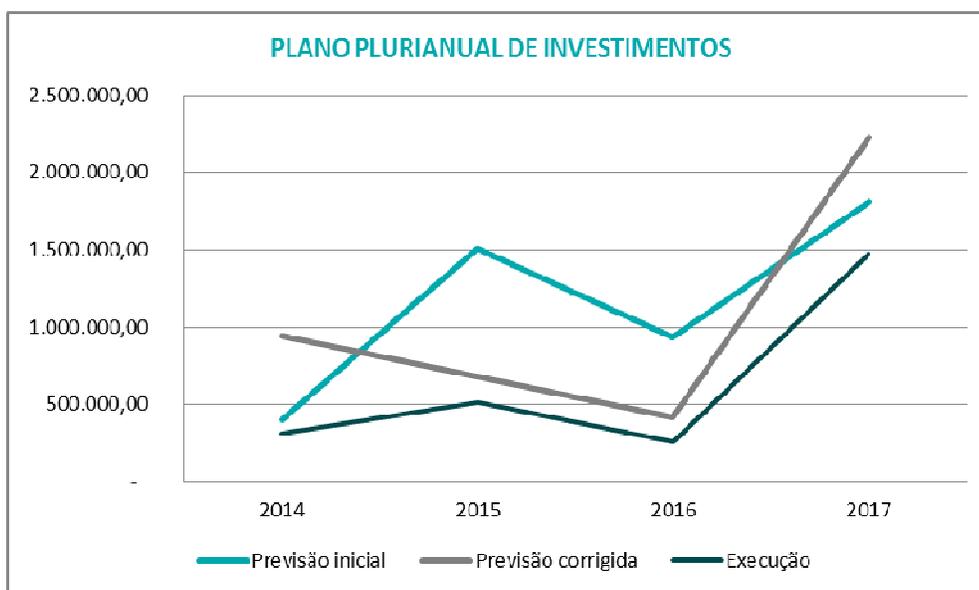
PREVISÃO INICIAL					
	2014	2015	2016	2017	Total
Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	401.061,00	1.506.814,40	939.382,00	1.806.840,88	4.654.098,28
Atividades Mais Relevantes (AMR)	1.252.875,00	1.135.279,00	792.359,00	1.017.155,12	4.197.668,12
Grandes Opções do Plano (GOP)	1.653.936,00	2.642.093,40	1.731.741,00	2.823.996,00	8.851.766,40



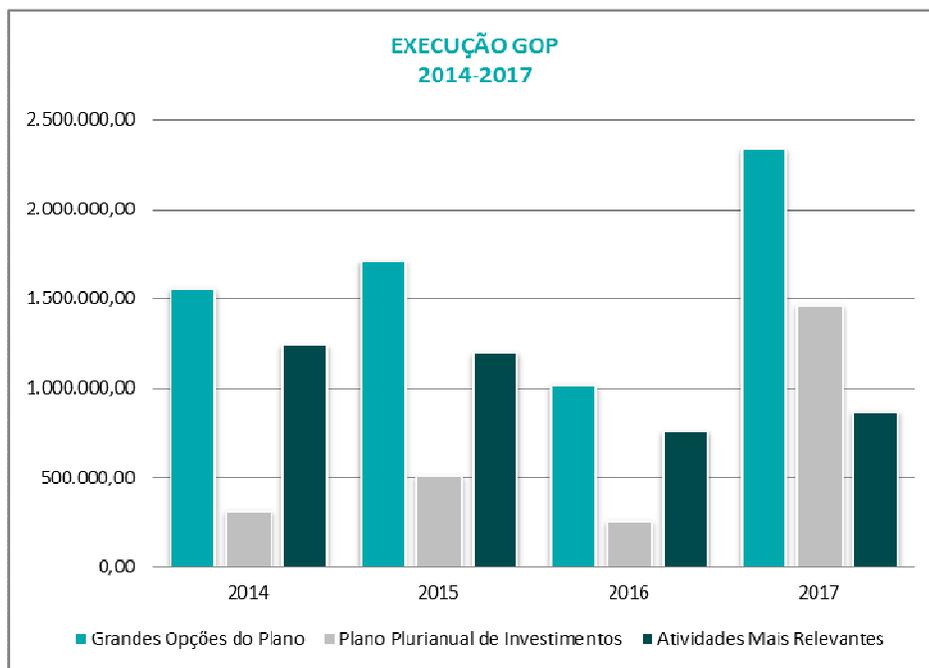
PREVISÃO CORRIGIDA					
	2014	2015	2016	2017	Total
Plano Plurianual de Investimentos	940.558,62	681.945,98	418.303,95	2.227.971,66	4.268.780,21
Atividades Mais Relevantes	1.346.179,52	1.373.123,34	852.033,12	1.043.784,73	4.615.120,71
Grandes Opções do Plano	2.286.738,14	2.055.069,32	1.270.337,07	3.271.756,39	8.883.900,92

A execução das grandes opções do plano assumiu os seguintes valores, correspondendo a cerca de 70% do previsto, conforme demonstrado nos mapas seguintes:

EXECUÇÃO					
	2014	2015	2016	2017	Total
Plano Plurianual de Investimentos	317.296,37	513.606,27	257.624,91	1.470.063,23	2.558.590,78
Atividades Mais Relevantes	1.245.369,76	1.200.946,51	761.324,73	872.710,55	4.080.351,55
Grandes Opções do Plano	1.562.666,13	1.714.552,78	1.018.949,64	2.342.773,78	6.638.942,33



Pese embora a execução do PPI tenha sido substancialmente superior à do ano anterior, é confirmada a tendência das atividades mais relevantes dominarem no contexto das grandes opções do plano.



2.3.2 Grandes opções do plano em 2017

Em 2017, o valor executado das grandes opções do plano distribuiu-se da seguinte forma:

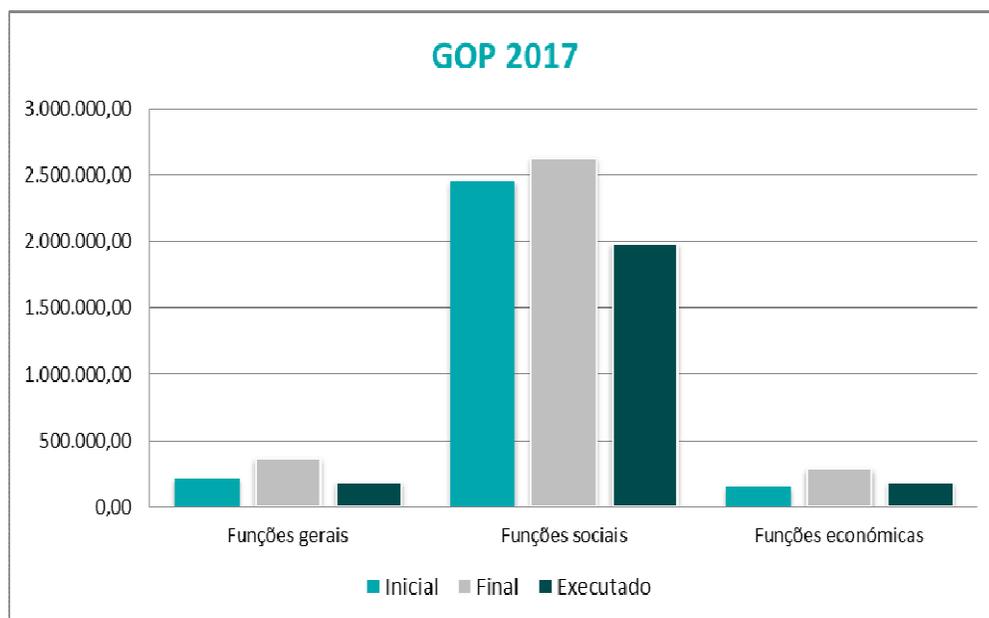
- 62,75% para projetos de investimento;
- 37,25% para a realização de atividades.

A percentagem e execução face à dotação prevista corrigida encontra-se apresentada no quadro seguinte.

EXECUÇÃO / PREVISÃO CORRIGIDA				
	2014	2015	2016	2017
Plano Plurianual de Investimentos	33,73%	75,31%	61,59%	65,98%
Atividades Mais Relevantes	92,51%	87,46%	89,35%	83,61%
Grandes Opções do Plano	68,34%	83,43%	80,21%	71,61%

Quanto aos objetivos, as dotações (iniciais, finais e executadas) repartiram-se da seguinte forma:

Objetivos	Inicial	Final	Executado	Grau de execução
Funções gerais	216.500,97	362.948,11	181.228,29	49,93%
Funções sociais	2.453.345,88	2.626.539,70	1.985.121,74	75,58%
Funções económicas	154.149,15	282.268,58	176.423,75	62,50%
Total	2.823.996,00	3.271.756,39	2.342.773,78	71,61%

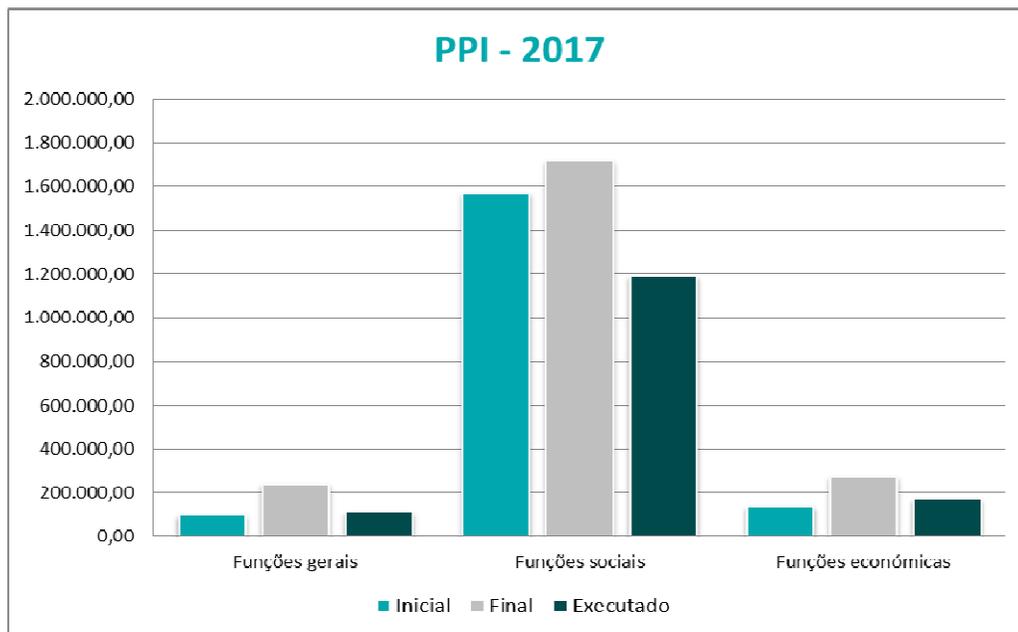


2.3.3 Plano plurianual de investimentos (PPI)

Quanto ao PPI de 2017, os valores previsionais/executados apresentaram-se da seguinte forma:

Objetivos	Inicial	Final	Executado	Grau de execução
Funções gerais	96.606,00	240.458,14	108.588,30	45,16%
Funções sociais	1.570.826,88	1.714.533,78	1.189.040,53	69,35%
Funções económicas	139.408,00	272.979,74	172.434,40	63,17%
Total	1.806.840,88	2.227.971,66	1.470.063,23	65,98%

As funções sociais são preponderantes na estrutura do Plano plurianual de investimento.



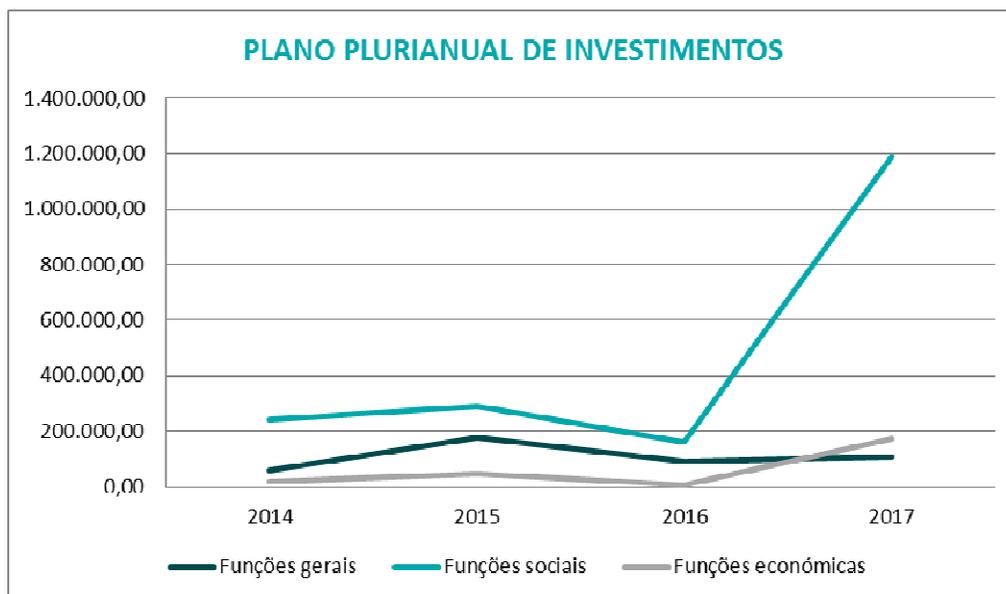
O mapa seguinte apresenta os valores por objetivo/programa, evidenciando o grau de execução face ao previsto e o peso de cada um dos programas no total da despesa.

Plano plurianual de investimentos - 2017						
Objetivos	Programas	Investimento Previsto		Execução		Peso
		Inicial	Final	Valor	%	
Funções Gerais	Administração Geral	96.606,00	240.458,14	108.588,30	45,16%	7,39%
	Proteção Civil	0,00	0,00	0,00	-	0,00%
	Total	96.606,00	240.458,14	108.588,30	45,16%	7,39%
Funções Sociais	Ensino	1.277.003,77	1.196.913,77	856.714,91	71,58%	58,28%
	Saúde	1,00	1,00	0,00	0,00%	0,00%
	Ação Social	0,00	0,00	0,00	-	0,00%
	Habituação e outros edifícios	29.103,00	49.104,00	47.915,92	97,58%	3,26%
	Ordenamento do Território	32.306,00	99.468,00	54.281,49	54,57%	3,69%
	Saneamento	70.002,00	140.871,91	65.277,95	46,34%	4,44%
	Abastecimento de Água	15.002,00	16.102,00	10.032,61	62,31%	0,68%
	Resíduos sólidos	0,00	0,00	0,00	-	0,00%
	Proteção Meio Ambiente Conservação Natureza	65.001,00	70.055,00	63.303,31	90,36%	4,31%

	Serviços culturais, recreativos e desportivos	0,00	0,00	0,00	-	0,00%
	Cultura	5.405,00	29.726,00	24.489,38	82,38%	1,67%
	Desporto, Recreio e Lazer	77.003,11	112.292,10	67.024,96	59,69%	4,56%
	Total	1.570.826,88	1.714.533,78	1.189.040,53	69,35%	80,88%
Funções Económicas	Indústria e Energia	121.996,00	103.337,74	8.591,55	8,31%	0,58%
	Transportes Rodoviários	17.407,00	169.637,00	163.842,85	96,58%	11,15%
	Transportes Fluviais	1,00	1,00	0,00	0,00%	0,00%
	Turismo	4,00	4,00	0,00	0,00%	0,00%
	Total	139.408,00	272.979,74	172.434,40	63,17%	11,73%
Total Geral		1.806.840,88	2.227.971,66	1.470.063,23	65,98%	100,00%

Apresenta-se de seguida a evolução de cada uma das funções do plano plurianual de investimentos no quadriénio em análise. É notória a preponderância das funções sociais face às gerais e económicas, com especial distanciamento no exercício em análise.

Plano Plurianual de Investimentos por funções				
	2014	2015	2016	2017
Funções gerais	59.717,45	175.813,97	91.630,70	108.588,30
Funções sociais	239.501,14	291.861,44	159.705,39	1.189.040,53
Funções económicas	18.077,78	45.930,86	6.288,82	172.434,40
Total	317.296,37	513.606,27	257.624,91	1.470.063,23



2.3.3.1 Funções gerais

As funções gerais assumiram uma execução em 2017 de 108.588,30€. Para o efeito contribuiu sobretudo a aquisição de equipamento básico, num montante de 38.392,02€, bem como a beneficiação efetuada no edifício da Piscina Municipal, que assumiu um aproximado de 28.000€.

De relevar, ainda, o investimento na área da informática, iniciado em 2016, ao qual foi afeto um montante aproximado de 20.000€ das receitas do município.

2.3.3.2 Funções sociais

O valor executado em 2017 em funções sociais, no montante de 1.189.040,53€, encontra justificação sobretudo na construção do centro escolar de Montalvo, cujo valor pago de empreitada em 2017 ascendeu a 856.626,52€. Foi o principal investimento efetuado na área da educação.

De destacar, ainda, embora com valores menos significativos, os seguintes investimentos:

- Habitação e outros edifícios - Beneficiação de edifícios para habitação, designadamente intervenção nos blocos de habitações de sociais localizadas no Bairro Chão da Feira – 27.915,92€;
- Ordenamento do território – Reabilitação urbana do centro histórico (Elaboração do PERU e do projeto de reabilitação do jardim dos correios) – 12.300,00€;
- Ordenamento do território – Requalificação do jardim dos correios – 25.927,49€;
- Ordenamento do território – Requalificação do cine-teatro, incluindo projeto de alterações e ampliação – 11.626,00€€;
- Saneamento – Emissário de ligação ETAR Caima – 52.814,08€;
- Abastecimento de água – Redes de águas – 8.778,01€;

- Proteção do meio ambiente e conservação da natureza – Ampliação do cemitério da Portela – 54.748,14€;
- Cultura – Beneficiação da biblioteca municipal – 24.489,38€;
- Desporto, recreio e lazer – Parques de lazer, incluindo a requalificação efetuada no Bairro Chão da Feira – 28.016,59€;
- Desporto, recreio e lazer – Requalificação do açude de Santa Margarida – 34.534,80€.

2.3.3.3 Funções económicas

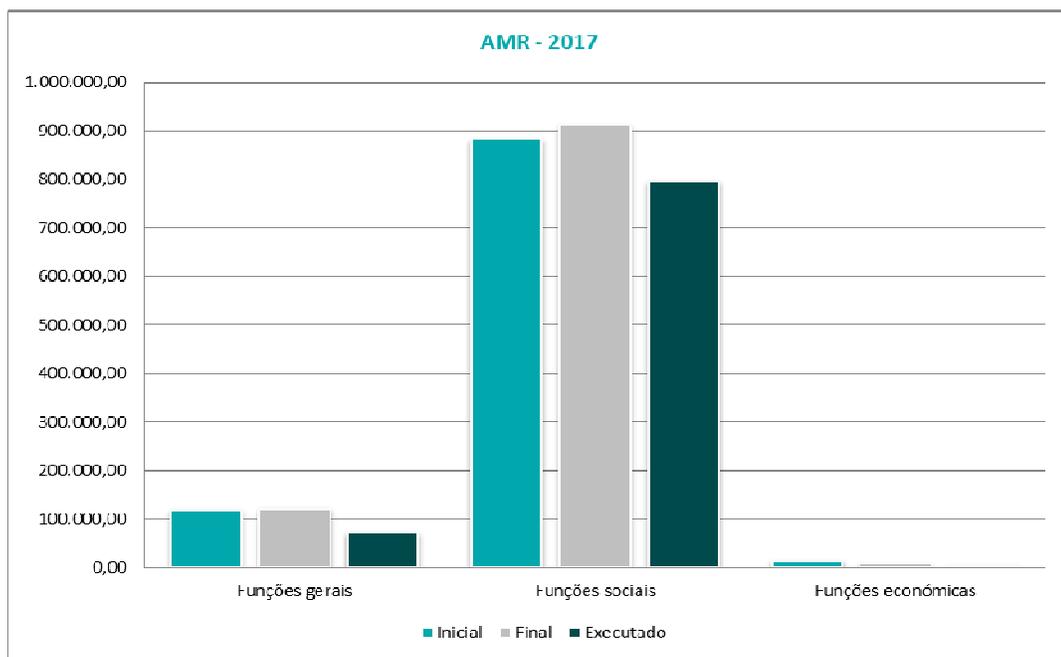
O investimento efetuado em 2017 nas funções económicas, no montante de 172.434,40€, resulta essencialmente dos beneficiação de arruamentos e requalificação da EM 592. Os referidos investimentos custaram ao Município um valor superior a 150.000,00€.

De destacar, ainda, o valor suportado relativo ao projeto de eficiência energética da piscina, num montante aproximado de 8.500,00€.

2.3.4 Atividades mais relevantes (AMR)

Quanto às atividades mais relevantes de 2017, os valores previsionais / executados apresentaram-se da seguinte forma:

Objetivos	Inicial	Final	Executado	Grau de execução
Funções gerais	119.894,97	122.489,97	72.639,99	59,30%
Funções sociais	882.519,00	912.005,92	796.081,21	87,29%
Funções económicas	14.741,15	9.288,84	3.989,35	42,95%
Total	1.017.155,12	1.043.784,73	872.710,55	83,61%



O mapa seguinte apresenta os valores por objetivo/programa, evidenciando o grau de execução face ao previsto e o peso de cada um dos programas no total da despesa.

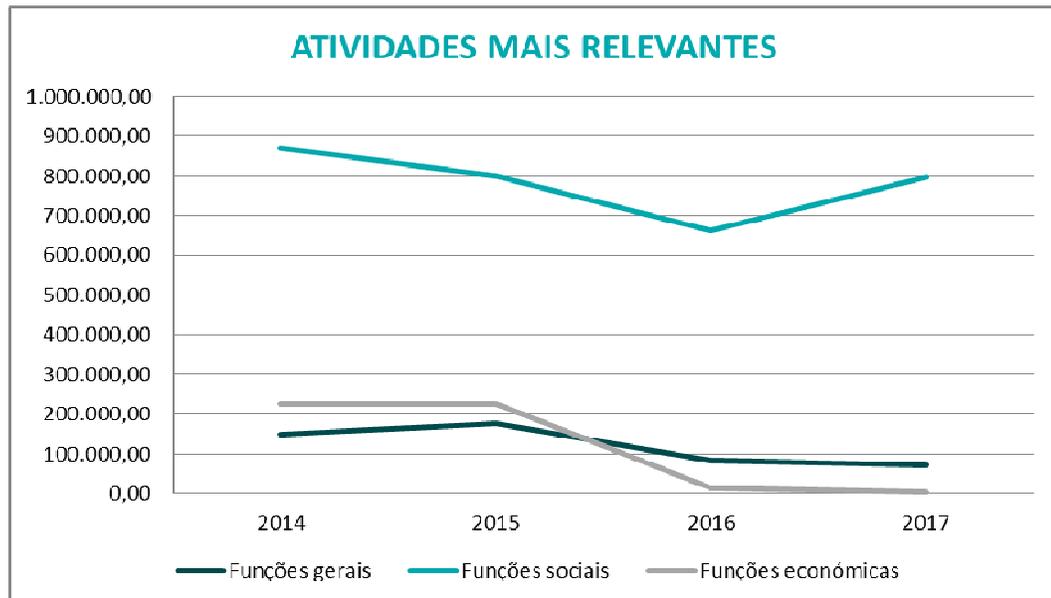
Atividades mais relevantes - 2017						
Objetivos	Programas	Investimento Previsto		Execução		Peso
		Inicial	Final	Valor	%	
Funções Gerais	Administração Geral	83.193,00	85.788,00	43.996,24	51,28%	5,04%
	Proteção Civil	36.701,97	36.701,97	28.643,75	78,04%	3,28%
	Total	119.894,97	122.489,97	72.639,99	59,30%	8,32%
Funções Sociais	Ensino	317.050,00	302.048,75	245.325,75	81,22%	28,11%
	Saúde	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00%	0,00%
	Ação Social	2,00	2,00	0,00	0,00%	0,00%
	Habituação e outros edifícios	0,00	0,00	0,00	-	0,00%
	Ordenamento do Território	0,00	5,00	0,00	0,00%	0,00%
	Saneamento	1,00	1,00	0,00	0,00%	0,00%
	Abastecimento de Água	1,00	1,00	0,00	0,00%	0,00%
	Resíduos sólidos	173.900,00	187.488,00	172.903,74	92,22%	19,81%
	Proteção Meio Ambiente Conservação Natureza	120.990,00	87.823,95	86.813,82	98,85%	9,95%
	Serviços culturais, recreativos e desportivos	0,00	0,00	0,00	-	0,00%

	Cultura	141.200,00	194.846,36	192.721,55	98,91%	22,08%
	Desporto, Recreio e Lazer	128.375,00	138.789,86	98.316,35	70,84%	11,27%
	Total	882.519,00	912.005,92	796.081,21	87,29%	91,22%
Funções Económicas	Indústria e Energia	0,00	3,00	0,00	0,00%	0,00%
	Transportes Rodoviários	7.600,00	7.141,69	3.989,35	55,86%	0,46%
	Transportes Fluviais	0,00	0,00	0,00	-	0,00%
	Turismo	7.141,15	2.144,15	0,00	0,00%	0,00%
	Total	14.741,15	9.288,84	3.989,35	42,95%	0,46%
Total Geral		1.017.155,12	1.043.784,73	872.710,55	83,61%	100,00%

A evolução das diferentes funções no total das atividades mais relevantes encontra-se detalhada no quadro seguinte:

	AMR - Funções			
	2014	2015	2016	2017
Funções gerais	150.042,15	175.330,35	83.328,81	72.639,99
Funções sociais	870.379,31	798.957,43	663.754,30	796.081,21
Funções económicas	224.948,30	226.658,73	14.241,62	3.989,35
Total	1.245.369,76	1.200.946,51	761.324,73	872.710,55

As funções sociais são preponderantes ao longo do quadriénio. As funções económicas e gerais manifestam posicionamentos diferentes quando verificados os anos 2014/2015 (funções económicas de valor superior às funções gerais) e 2016/2017 (comportamento inverso).



2.3.4.1 Funções gerais

Do valor das funções gerais enquadrável em “Administração geral” executado em 2017, de destacar pela materialidade do valor os seguintes projetos:

- Realização do capital do Fundo de Apoio Municipal (FAM), no montante de 36.540,00€ (duas tranches anuais de 18.270,00€);
- Projeto CIMT – Unidades móveis de saúde – Aquisição de viatura elétrica a ser utilizada pela unidade de cuidados de saúde. O investimento foi submetido a uma candidatura a fundos comunitários, sendo o valor suportado pelo Município de 4.455,83€.

No que respeita à Proteção civil e luta contra incêndios, o valor executado resulta do apoio às equipas de intervenção permanente.

2.3.4.2 Funções sociais

No domínio das funções sociais, com um valor de execução em 2017 de 796.081,21€, são quatro as áreas que mais se destacam pelos montantes que envolvem:

- Ensino não superior e serviços auxiliares de ensino – 245.325,75€;
- Resíduos sólidos - 172.903,74€;
- Cultura – 192.721,55€;
- Desporto, recreio e lazer – 98.316,35€.

Na área da educação destacam-se os valores suportados com o apoio à família e prolongamento de horário (85.000,00€), com os transportes escolares (cerca de 80.000,00€), bem como com as refeições escolares (cerca de 40.000,00€).

Em auxílios económicos e bolsas de ensino superior o Município despendeu cerca de 18.000,00€.

No total do desporto, de realçar o valor suportado com os técnicos da escola de natação e ginásio, num montante próximo de 45.000,00€.

Ainda nas funções sociais, na área de proteção do meio ambiente e conservação da natureza, destaca-se o investimento efetuado na estabilização de emergência da freguesia de Constância, num valor aproximado de 85.000,00€.

2.3.4.3 Funções económicas

As funções económicas apresentam um valor de execução em 2017 de 3.989,35€. A generalidade do valor decorre de despesas relacionadas com os transportes rodoviários, mais concretamente decorrentes dos encargos com eletricidade da ponte metálica.

2.4 EQUILÍBRIOS ORÇAMENTAIS

O apuramento dos saldos orçamentais permite efetuar uma melhor abordagem dos equilíbrios orçamentais, analisados entre a estrutura da receita e da despesa. Utiliza-se para o efeito o saldo base de caixa (recebimentos/pagamentos).

2.4.1 Equilíbrio global e corrente

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do Pocal, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

Equilíbrio global				
	2014	2015	2016	2017
Receita total	5.427.229,39	5.566.117,62	6.019.480,72	6.988.707,52
Despesa total	5.207.011,27	5.286.482,69	5.434.677,90	6.762.500,00
Equilíbrio	220.218,12	279.634,93	584.802,82	226.207,52

Equilíbrio corrente				
	2014	2015	2016	2017
Receita corrente	4.689.571,95	4.735.186,59	5.137.210,06	5.233.799,68
Despesa corrente	4.141.682,65	4.081.590,39	4.356.082,44	4.365.677,43
Equilíbrio corrente (Poupança)	547.889,30	653.596,20	781.127,62	868.122,25
Desequilíbrio corrente				

A linha “equilíbrio corrente (poupança)” representa o contributo que a receita corrente tem dado, ao longo dos anos, à despesa de capital.

No ano em apreciação, a execução do orçamento do município cumpre este princípio orçamental, com a formação da poupança corrente a financiar as despesas de capital. Desde 2014 que é notória a evolução positiva dos equilíbrios orçamentais.

2.4.2 Equilíbrio efetivo

Na execução do orçamento de 2017 procurou-se respeitar o equilíbrio efetivo, sustentando todas as despesas efetivas (despesas totais excluídas dos ativos e dos passivos financeiros) por receitas efetivas (receitas com exclusão de ativos e passivos financeiros).

Equilíbrio efetivo				
	2014	2015	2016	2017
Receita total	5.427.229,39	5.566.117,62	6.019.480,72	6.988.707,52
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	1.294,95
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	358.246,91
Receita corrigida	5.427.229,39	5.566.117,62	6.019.480,72	6.629.165,66
Despesa total	5.207.011,27	5.286.482,69	5.434.677,90	6.762.500,00
Ativos financeiros	0,00	36.540,00	41.540,00	36.540,00
Passivos financeiros	447.041,69	451.642,05	453.730,57	820.983,48
Despesa corrigida	4.759.969,58	4.798.300,64	4.939.407,33	5.904.976,52
Equilíbrio	667.259,81	767.816,98	1.080.073,39	724.189,14

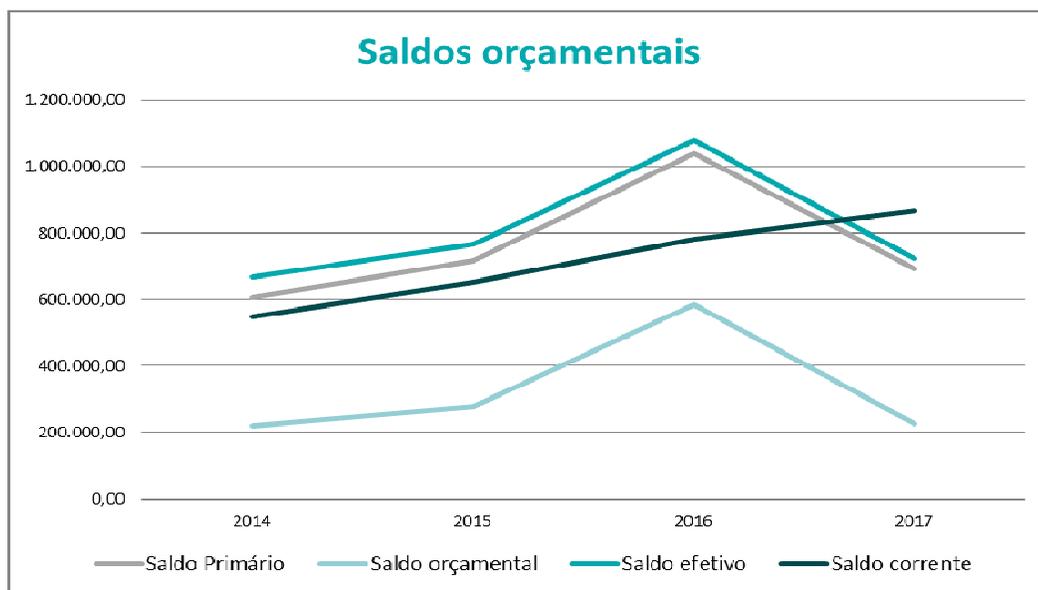
2.4.3 Saldo primário

Se ao saldo efetivo retirarmos as despesas com juros e outros encargos, apuramos o saldo primário.

Saldo primário				
	2014	2015	2016	2017
Equilíbrio efetivo	667.259,81	767.816,98	1.080.073,39	724.189,14
Juros e outros encargos	61.468,72	50.851,97	39.321,55	31.178,93
Saldo primário	605.791,09	716.965,01	1.040.751,84	693.010,21

Saldos orçamentais					
		2014	2015	2016	2017
a)	Receita corrente	4.689.571,95	4.735.186,59	5.137.210,06	5.233.799,68
b)	Saldo da gerência anterior+ reposições	343.457,94	223.861,76	282.346,78	592.725,99
c)	Despesa corrente	4.141.682,65	4.081.590,39	4.356.082,44	4.365.677,43
d) = a)+b)+c)	Saldo corrente	891.347,24	877.457,96	1.063.474,40	1.460.848,24
e)	Receita de capital	394.199,50	607.069,27	599.923,88	1.162.181,85
f)	Despesa de capital	1.065.328,62	1.204.892,30	1.078.595,46	2.396.822,57
g) = e)-f)	Saldo de capital	-671.129,12	-597.823,03	-478.671,58	-1.234.640,72
h) = a)+b)+e)	Receitas totais	5.427.229,39	5.566.117,62	6.019.480,72	6.988.707,52
i) = c)+f)	Despesas totais	5.207.011,27	5.286.482,69	5.434.677,90	6.762.500,00
j) = d)+g)	Saldo orçamental	220.218,12	279.634,93	584.802,82	226.207,52

k)	Ativos financeiros receita	0,00	0,00	0,00	1.294,95
l)	Ativos financeiros despesa	0,00	36.540,00	41.540,00	36.540,00
m)	Passivos financeiros receita	0,00	0,00	0,00	358.246,91
n)	Passivos financeiro despesa	447.041,69	451.642,05	453.730,57	820.983,48
o) = h)-k)-m)	Receita total corrigida (Receita - AF-PF)	5.427.229,39	5.566.117,62	6.019.480,72	6.629.165,66
p) = i)-l)-n)	Despesa - AF-PF	4.759.969,58	4.798.300,64	4.939.407,33	5.904.976,52
q) = o)-p)	Saldo efetivo	667.259,81	767.816,98	1.080.073,39	724.189,14
r)	Juros	61.468,72	50.851,97	39.321,55	31.178,93
s) = q)-r)	Saldo primário	605.791,09	716.965,01	1.040.751,84	693.010,21



À exceção do saldo corrente, os saldos orçamentais apresentaram um ligeiro decréscimo relativamente ao ano anterior.

2.4.4 Equilíbrio orçamental nos termos do art. 40.º da Lei n.º73/2013, de 03 de setembro

Quanto ao equilíbrio orçamental, a Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, criou uma nova noção de equilíbrio, estipulando no seu art. 40.º que:

“1 – Os orçamentos das entidades do setor local prevêm receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.”

Quer isto dizer que as receitas correntes do Município têm de ser suficientes para acomodar as despesas correntes, bem como as amortizações médias dos empréstimos contratados.

As amortizações médias em 31/12/2017 assumiram um montante global de 466.604,71€, conforme apresentado no quadro seguinte:

Designação	Ano Términus	Saldo em 01-01-2014 ou Valor utilizado	N.º anos em falta	Amortização Média	
Emp. Nº 830-005 - BPI	Habitação social	2021	47.549,38	8	5.943,67
Emp. Nº 830-007 - BPI	Varredoura e arruamentos	2021	97.531,10	8	12.191,39
Emp. Nº 830-008 - BPI	Centro escolar de Santa Margarida	2030	435.901,61	17	25.641,27
Emp. Nº 830-008 - BPI	Centro escolar de Santa Margarida - Parte excepcionada	2030	308.542,76	17	18.149,57
Emp. Nº 830-009 - BPI	Empreitada centro escolar de Montalvo, acessibilidades e demais investimento conexo	2038	424.557,61	20	21.227,88
Emp. Nº 0261/000250/191 - CGD	Habitação social	2023	46.574,11	10	4.657,41
Emp. Nº 0261/000254/491 - CGD	Obras diversas - QCA III e cemitério	2020	382.048,71	7	54.578,39
Emp. Nº 0261/002222/991 - CGD	Parque desportivo	2021	51.187,42	8	6.398,43
Emp. Nº 0261/002223/891 - CGD	Rede viária e rede regional / nacional	2021	114.225,24	8	14.278,16
Emp. Nº 0261/002322/691 - CGD	Intempéries	2021	116.067,97	8	14.508,50
Emp. Nº 0261/002681/091 - CGD	Expansão zona industrial de Montalvo	2022	36.107,58	9	4.011,95
Emp. Nº 0261/002682/991 - CGD	Reforma sistema de saneamento básico	2022	38.797,63	9	4.310,85
Emp. Nº 0261/002879/191 - CGD	Requalificação urbana e ambiental	2022	260.559,19	9	28.951,02
Emp. Nº 0261/003695/691 - CGD	Arranjos exteriores Chão da Feira, acesso Santa Bárbara e observatório astronómico	2018	118.664,46	5	23.732,89
Emp. Nº 0261/003766/991 - CGD	Acesso Santa Bárbara e observatório astronómico	2018	33.092,31	5	6.618,46
Emp. Nº 0261/004281/691 - CGD	Jardim e casa mortuária de Montalvo e acessos diversos	2020	195.402,73	7	27.914,68
Emp. Nº 0261/005972/791 - CGD	CCV, PASM, terrenos e polidesportivo	2021	286.084,42	8	35.760,55
Emp. Nº 0261/013172/791 - CGD	Centro náutico e arquivo	2019	154.048,83	6	25.674,81
Emp. Nº 0261/013175/191 - CGD	Melhoramentos rede de água e saneamento	2019	72.913,70	6	12.152,28
Emp. Nº 0261/013561/791 - CGD	Centro náutico	2019	25.174,16	6	4.195,69
Emp. Nº 0003.11129433096 - BST	Centro escolar de Constância	2021	300.000,00	8	37.500,00

Emp. N.º 0003.11129748096 - BST	PASM - Borboletário	2027	101.748,75	16	6.359,30
Emp. N.º 0003.11129839096 - BST	Ponte metálica	2021	140.000,00	8	17.500,00
Emp. N.º 0261/003101/691 - CGD	Diversos investimentos	2017	217.390,27	4	54.347,57
AMORTIZAÇÃO MÉDIA 31-12-2017					466.604,71

A variação face à amortização média de 2016 decorre do término de um contrato de empréstimo¹ e da contratação do empréstimo bancário para financiamento do centro escolar de Montalvo – empreitada, acessibilidades e posto de transformação.

De registar que os valores das amortizações médias apuradas para 2015 e 2016 sofreram ligeiras alterações face ao apresentado na prestação de contas de 2016 por se terem detetado incorreções no apuramento, sem no entanto envolverem valores com materialidade.

Face ao exposto, o equilíbrio orçamental a 31/12/2017 foi o seguinte:

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL			
Art. 40.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro			
Receita corrente cobrada bruta >= Despesa corrente + amortização média			
	2015	2016	2017
Receita corrente cobrada bruta	4.735.186,59	5.137.210,06	5.233.799,68
Despesa corrente	4.081.590,39	4.356.082,44	4.365.677,43
Amortizações médias	449.841,88	445.376,83	466.604,71
Equilíbrio	203.754,32	335.750,79	401.517,54

O equilíbrio orçamental apurado a 31/12/2017 foi de 401.517,54€, o que representa uma evolução positiva face ao ano de 2016 e indicia o ajustamento da estimativa da receita às possibilidades de cobrança.

¹ Empréstimo contratado em 26/06/2002, por um prazo de 15 anos, com um valor utilizado de 580.525,35€, destinado a financiar: Requalificação Urbana e Ambiental de Constância / Arranjos Exteriores EN 3, Observatório da Natureza, Planetário e Arranjos Exteriores.

2.5 FLUXOS DE CAIXA

O mapa de fluxos de caixa, conforme previsto no ponto 2.3.4.4 do Pocal “...apresenta os recebimentos e pagamentos associados à execução do orçamento e às demais operações que afetam a tesouraria evidenciando ainda os saldos iniciais e finais.”

Tem por base a contabilidade orçamental, informando de forma autónoma os recebimentos e pagamentos ocorridos no ano, distinguindo os que respeitam a corrente e capital.

	Fluxos de caixa			
	2014	2015	2016	2017
Execução orçamental do ano anterior	336.194,94	220.218,12	279.634,93	584.802,82
Operações de tesouraria do ano anterior	133.901,74	101.766,84	102.487,11	115.415,24
Saldo transitado do ano anterior	470.096,68	321.984,96	382.122,04	700.218,06
Receita corrente cobrada	4.689.571,95	4.735.186,59	5.137.210,06	5.233.799,68
Receita de capital cobrada	394.199,50	607.069,27	599.923,88	1.162.181,85
Outras receitas cobradas	7.263,00	3.643,64	2.711,85	7.923,17
Recebimentos	5.091.034,45	5.345.899,50	5.739.845,79	6.403.904,70
Despesa corrente paga	4.141.682,65	4.081.590,39	4.356.082,44	4.365.677,43
Despesa de capital paga	1.065.328,62	1.204.892,30	1.078.595,46	2.396.822,57
Pagamentos	5.207.011,27	5.286.482,69	5.434.677,90	6.762.500,00
Saldo operações de tesouraria	- 32.134,90	720,27	12.928,13	1.097,60
Saldo a transitar	321.984,96	382.122,04	700.218,06	342.720,36
Execução orçamental 2016	220.218,12	279.634,93	584.802,82	226.207,52
Operações de tesouraria 2016	101.766,84	102.487,11	115.415,24	116.512,84

O saldo transitado do exercício de 2017 para 2018 assume o valor de 226.207,52€ no que respeita à execução orçamental, excluindo operações de tesouraria.

3. ANÁLISE PATRIMONIAL

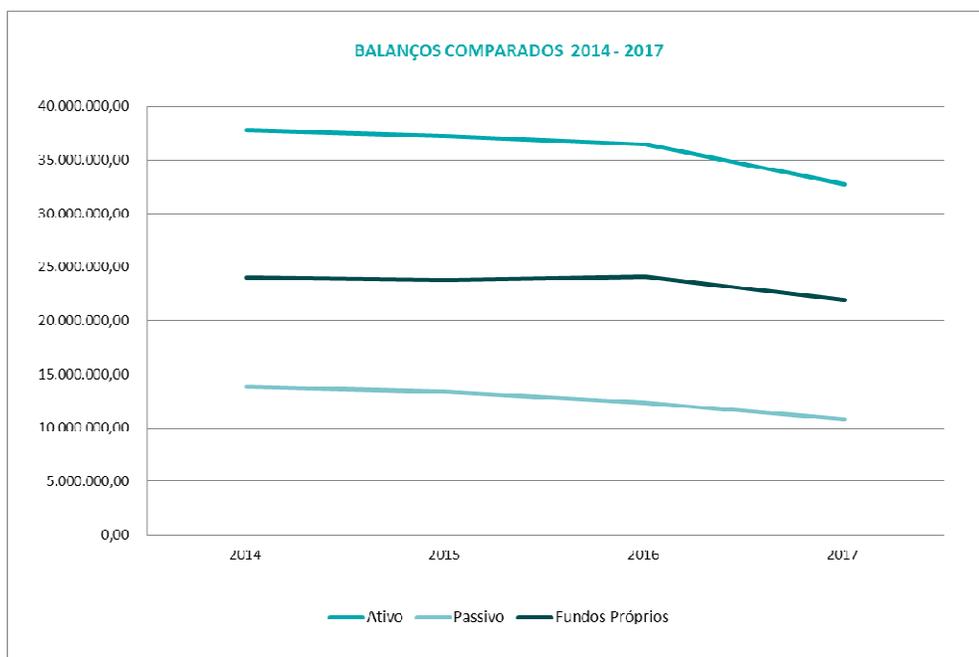
3.1 SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

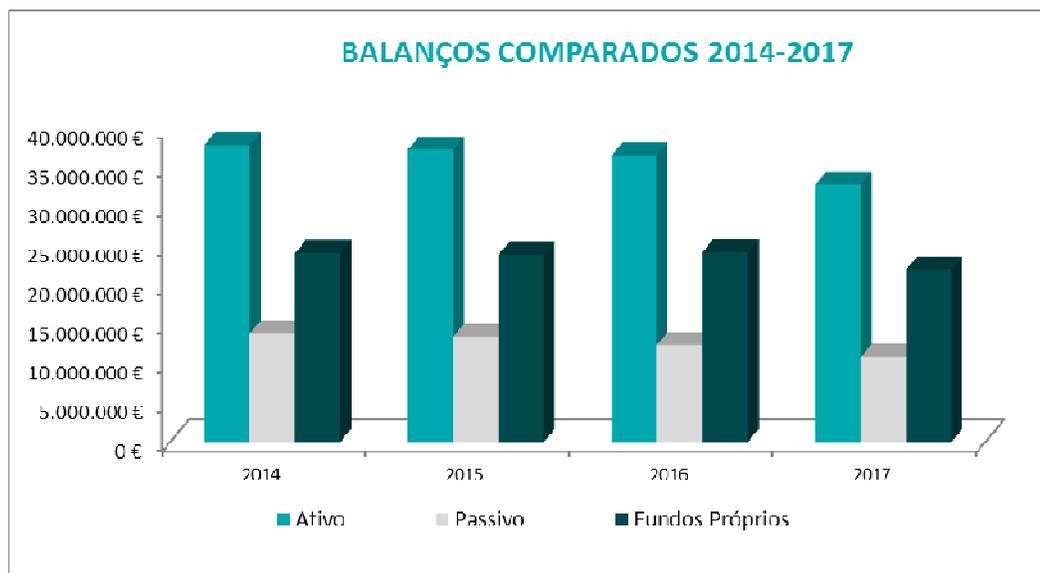
A análise do balanço espelha a situação patrimonial do Município, identificando o valor dos seus bens e direitos e das suas obrigações.

	2014	2015	2016	2017	2017/2016
Ativo	37.815.735,10	37.231.874,27	36.497.875,44	32.792.428,74	-3.705.446,70
Passivo	13.803.296,60	13.387.294,15	12.362.579,23	10.831.386,70	-1.531.192,53
Fundos Próprios	24.012.438,50	23.844.580,12	24.135.296,21	21.961.042,04	-2.174.254,17

A análise comparativa dos últimos quatro anos permite concluir que 2017 seguiu em linha com a tendência de redução do ativo e do passivo que se verifica desde 2014.

O passivo reduziu num valor aproximado de 1.500.000,00€ e o ativo um valor superior a 3.500.000,00€.





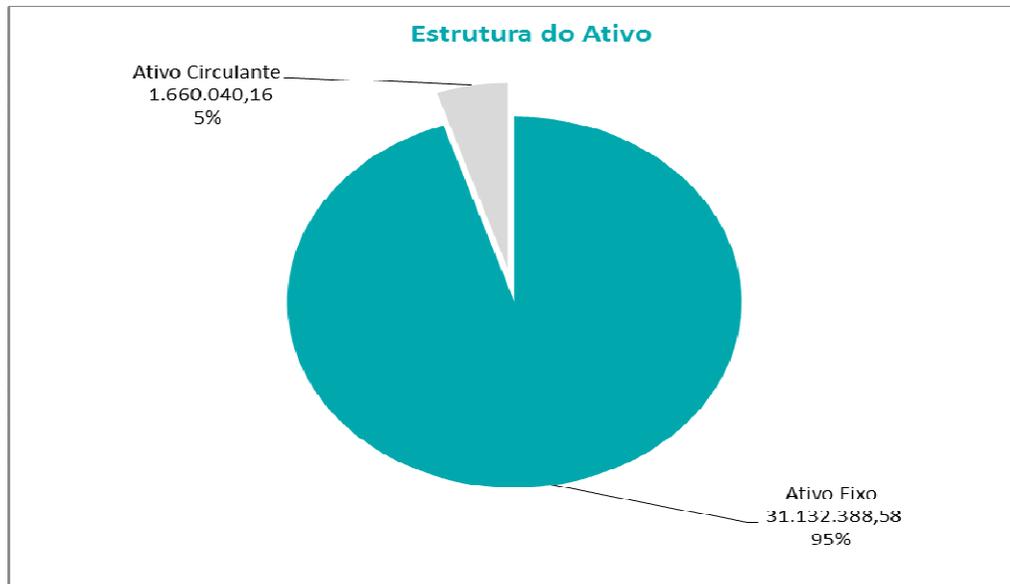
3.1.1 Análise do Ativo

A estrutura do ativo encontra-se retratada no mapa que se apresenta de seguida:

CONTAS	2014		2015		2016		2017		Variação	
	Valor	Peso Total	Valor	Peso Total	Valor	Peso Total	Valor	Peso Total	2017-2014	2017-2016
FIXO	36.365.688,01	96,17%	35.727.392,22	96,0%	34.618.492,70	94,9%	31.132.388,58	94,9%	-14,4%	-10,1%
Domínio Público	11.340.087,22	29,99%	11.344.610,79	30,5%	10.904.295,65	29,3%	6.598.149,34	20,1%	-41,8%	-39,5%
Incorpóreo	6.182,26	0,02%	6,91	0,0%	6,91	0,0%	2.830,38	0,0%	-54,2%	40860,6%
Corpóreo	17.873.121,01	47,26%	19.166.236,73	51,5%	19.051.099,02	51,2%	18.344.211,22	55,9%	2,6%	-3,7%
Invest. Financeiros	308.272,02	0,82%	309.395,92	0,8%	314.395,92	0,8%	267.435,92	0,8%	-13,2%	-14,9%
Imobilizado Curso	6.838.025,50	18,08%	4.907.141,87	13,2%	4.348.695,20	11,7%	5.919.761,72	18,1%	-13,4%	36,1%
CIRCULANTE	1.450.047,09	3,83%	1.504.482,05	4,0%	1.879.382,74	5,1%	1.660.040,16	5,1%	14,5%	-11,7%
Existências	197.351,96	0,52%	193.645,81	0,5%	184.322,38	0,5%	201.600,59	0,6%	2,2%	9,4%
Dívidas de 3 ^{os} C.P.	93.298,62	0,25%	221.900,38	0,6%	141.152,33	0,4%	167.496,21	0,5%	79,5%	18,7%
Disponibilidades	321.984,96	0,85%	382.122,04	1,0%	700.218,06	1,9%	342.720,36	1,0%	6,4%	-51,1%
Acrésc.Diferimentos	837.411,55	2,21%	706.813,82	1,9%	853.689,97	2,3%	948.223,00	2,9%	13,2%	11,1%
Acrésc. de Proveito	820.809,47	2,17%	683.686,35	1,8%	838.140,17	2,3%	924.167,51	2,8%	12,6%	10,3%
Custos Diferidos	16.602,08	0,04%	23.127,47	0,1%	15.549,80	0,0%	24.055,49	0,1%	44,9%	54,7%
TOTAL	37.815.735,10	100,00%	37.231.874,27	100%	36.497.875,44	100%	32.792.428,74	100%	-13,3%	-10,2%

É evidente o peso do ativo fixo no total do ativo, que decorre das atribuições inerentes à autarquia local, tendo no seu património equipamentos coletivos de valores significativos.

Enquanto o inventário municipal não refletir a totalidade dos bens municipais, a tendência natural será para o aumento do valor do ativo fixo.



A referida tendência de crescimento do imobilizado não ocorreu no ano de 2017 em virtude de se ter detetado a existência de bens que indevidamente não estavam a ser alvo de amortização desde que transitaram para imobilizado firme, o que obrigou a regularização contabilística, com impacto no valor líquido do bem, amortizações acumuladas e do exercício, proveitos do exercício e resultados transitados. Consequentemente, o registo das amortizações, bem como o reconhecimento dos proveitos relativos ao financiamento por fundos comunitários teve consequências ao nível do resultado líquido do exercício apurado.

O valor do imobilizado em curso tem vindo a reduzir significativamente fruto do trabalho desenvolvido desde 2015 que visa transitar para imobilizado firme todo o que reúne as condições para o efeito ou, em alternativa, promover o abate de bens que se encontravam indevidamente registados como estando em curso mas cuja execução não se prevê como admissível. No fundo, pretende-se que na referida conta esteja registado o imobilizado que apresente efetivamente a característica de “em curso”.

No exercício de 2017, contrariando a tendência evolutiva dos anos em análise, o imobilizado em curso aumentou cerca de 1.500.000,00€ resultado, sobretudo, do aumento registado na conta 44272 - Centro Escolar de Montalvo, em 1.168.598,91€ atendendo a que a obra se encontra em fase de conclusão. O ponto 8.2.1.12 do anexo ao balanço e demonstração de resultados apresenta uma análise detalhada do imobilizado em curso.

O acréscimo ocorrido nas despesas de investigação e desenvolvimento respeita à auditoria realizada para obtenção de certificação energética do edifício da Piscina Municipal (imobilizado bruto - 4.235,00€; amortização do exercício – 1.411,53€).

O valor da componente dos investimentos financeiros do ativo fixo justifica-se essencialmente pelo Fundo de Apoio Municipal, contabilizado pela primeira vez em 2014 com um valor de 255.778,32€. A subscrição decorreu do imposto pela Lei n.º 53/2014 de 25 de Agosto e sofrerá uma redução nos próximos anos decorrente do previsto na Lei do orçamento de Estado para 2018, conforme referido no ponto 2.3.4.1 do relatório de gestão e no anexo ao balanço e demonstração de resultados.

De referir que a redução efetuada na conta 411 #Partes de capital decorre da criação de provisão pelo valor integral da participação do Município na entidade Parque Almourol – Promoção e desenvolvimento, Lda., conforme explanado no anexo ao balanço e demonstração de resultados.

Quanto ao valor do ativo circulante, verifica-se um decréscimo face ao ano anterior, motivado sobretudo pela redução do valor de disponibilidades a 31 de dezembro, conforme demonstrado na análise dos fluxos de caixa (ponto 2.5 do relatório de gestão).

No que respeita à dívida de terceiros, verifica-se ainda alguma insegurança nos valores refletidos contabilisticamente, uma vez que ao longo dos anos as várias aplicações satélite não foram sendo atualizadas aquando dos recebimentos.

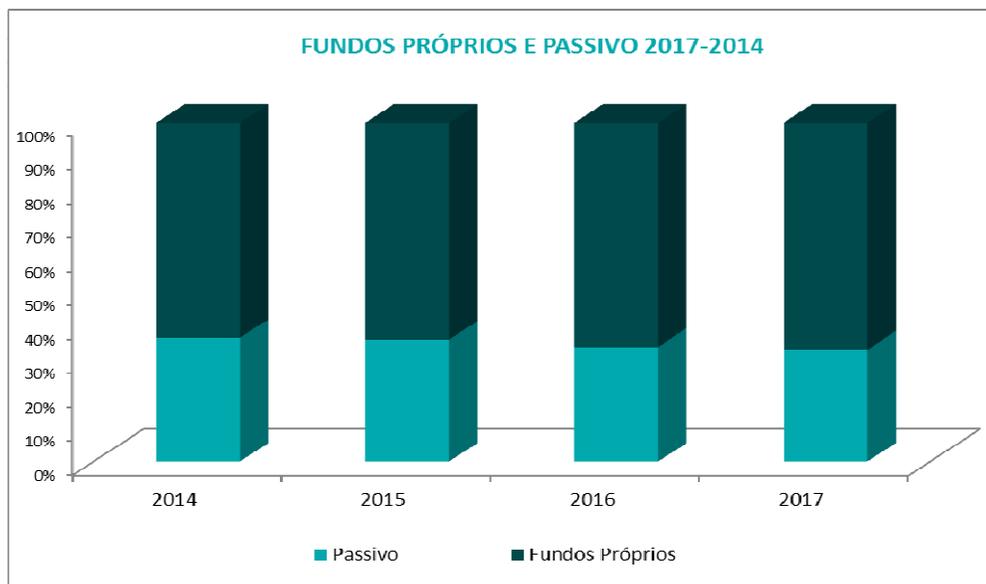
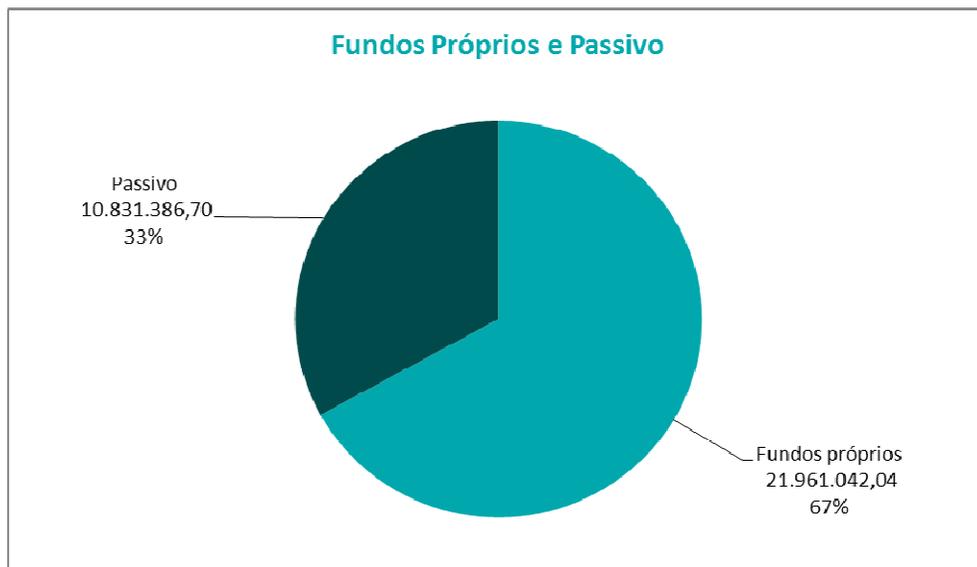
No entanto, no exercício em análise foi efetuada a anulação da dívida com maturidade superior a oito anos, prazo limite para a prescrição no caso de respeitar a taxas, e efetuada uma análise comparativa entre as várias aplicações informáticas, o que permitiu corrigir algumas das situações identificadas e fundamentadas como incorretas. As imprecisões que persistem não têm impacto significativo, contando-se que no exercício de 2018 estejam resolvidas.

3.1.2 Análise dos Fundos Próprios e Passivo

O total de fundos próprios e passivo reduziu face ao ano anterior, totalizando em 2017 32.792.428,74 euros.

CONTAS	2014		2015		2016		2017		Variação	
	Valor	Peso Total	Valor	Peso Total	Valor	Valor	Peso Total	Valor	Peso Total	Valor
FUNDOS PRÓPRIOS	24.012.438,50	63,5%	23.844.580,12	65,3%	24.135.296,21	66,1%	21.961.042,04	60,2%	-8,5%	-9,0%
Património, Reservas, Result. Transitados	24.395.270,02	64,5%	24.101.966,63	63,7%	23.975.287,99	65,7%	21.918.221,00	60,1%	-10,2%	-8,6%
Res.Líquido Exercício	- 382.831,52	-1,0%	- 257.386,51	-0,7%	160.008,22	0,4%	42.821,04	0,1%	-11,2%	-126,8%
PASSIVO	13.803.296,60	36,5%	13.387.294,15	36,7%	12.362.579,23	33,9%	10.831.386,70	29,7%	-21,5%	-12,4%
Provisões	88.500,00	0,2%	88.500,00	0,2%	87.914,48	0,2%	84.850,56	0,2%	-4,1%	-3,5%
Dívidas a3ºs M.LP.	2.685.029,49	7,1%	2.244.387,44	6,1%	1.940.162,87	5,3%	1.486.152,98	4,1%	-44,7%	-23,4%
Dívidas a 3ºs C. P.	976.216,65	2,6%	1.239.402,09	3,4%	787.257,02	2,2%	1.217.856,06	3,3%	24,8%	54,7%
Acrésc. Diferimentos	10.053.550,46	26,6%	9.815.004,62	26,9%	9.547.244,86	26,2%	8.042.527,10	22,0%	-20,0%	-15,8%
Acréscimos Custos	342.329,24	0,9%	359.818,21	1,0%	311.606,83	0,9%	392.763,96	1,1%	14,7%	26,0%
Proveitos Diferidos	9.711.221,22	25,7%	9.455.186,41	25,9%	9.235.638,03	25,3%	7.649.763,14	21,0%	-21,2%	-17,2%
TOTAL	37.815.735,10	100,0%	37.231.874,27	100,0%	36.497.875,44	100,0%	32.792.428,74	89,8%	-13,3%	-10,2%

O valor dos fundos próprios é claramente dominante, representando mais de 60% do total no total do passivo e fundos próprios. Tal justifica-se pela influência dos valores inventariados de património que são movimentadas pela conta 51 – Património.



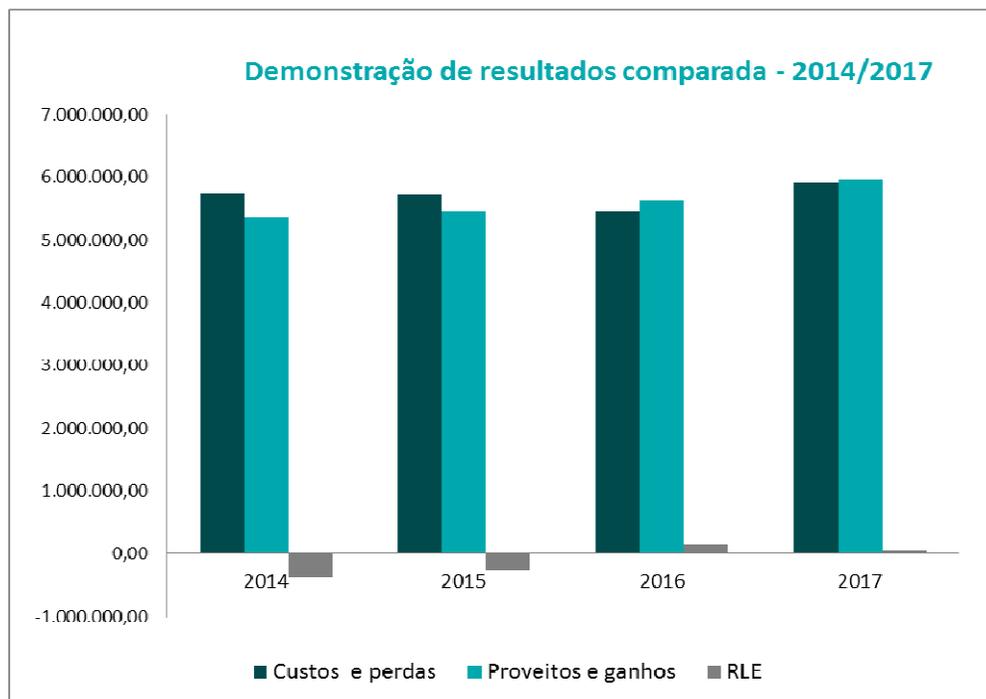
A dívida a médio e longo prazo reduziu fruto da amortização de empréstimos bancários efetuada no exercício e do pagamento do valor anual do Fundo de apoio municipal. Pese embora tenha sido contratualizado um novo empréstimo em 2016, o mesmo não ficou refletido patrimonialmente no exercício de 2017 uma vez que a primeira utilização ocorreu apenas em 2018.

3.2 SITUAÇÃO ECONÓMICA

O resultado líquido do exercício de 2017 foi de 42.821,04€. A análise da variação do resultado encontra-se no anexo às demonstrações financeiras.

No exercício de 2017 verificou-se um aumento quer dos custos e perdas, quer dos proveitos e ganhos do exercício, conforme demonstrado no quadro seguinte.

	2014	2015	2016	2017	2017/2016
Custos e perdas	5.739.989,79	5.717.368,32	5.457.335,72	5.915.418,86	458.083,14
Proveitos e ganhos	5.357.158,27	5.459.981,81	5.617.343,94	5.958.239,90	340.895,96
RLE	-382.831,52	-257.386,51	160.008,22	42.821,04	-117.187,18

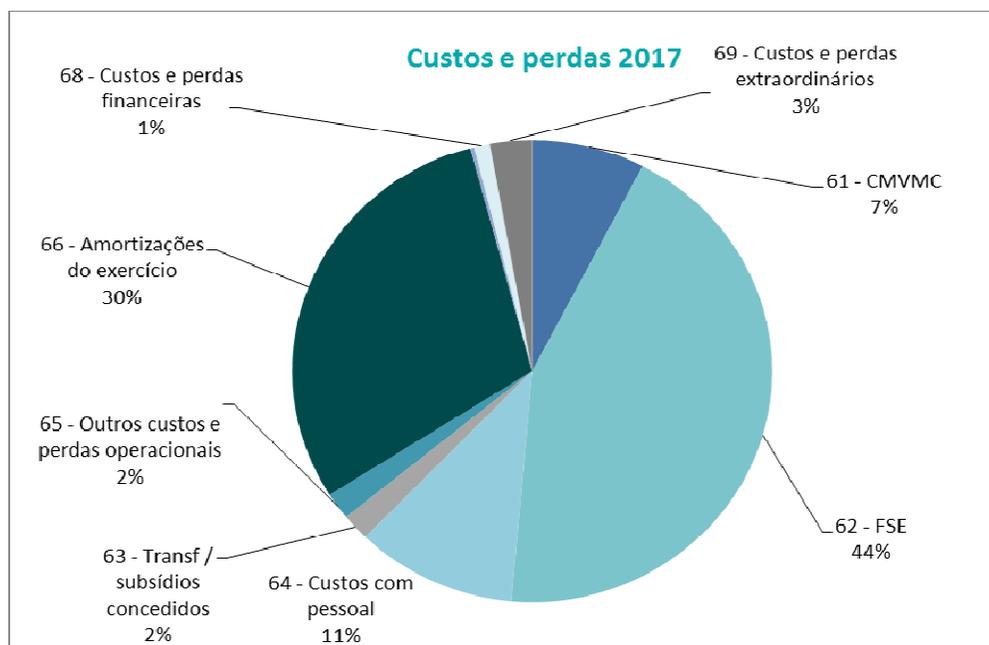


3.2.1 Análise dos Custos e Perdas

Os custos e perdas do município apresentam um acréscimo face ao ano anterior no montante aproximado de 500.000,00€.

CONTAS	2014		2015		2016		2017		Variação	
	Valor	Peso Total	Valor	Peso Total	Valor	Peso Total	Valor	Peso Total	2017-2014	2017-2016
61 – CMVMC	279.686,09	4,9%	282.218,57	4,9%	269.140,59	4,7%	292.059,13	4,9%	4,42%	8,52%
62 – FSE	1.651.542,25	28,8%	1.571.572,50	27,5%	1.547.125,60	27,1%	1.825.750,31	28,3%	10,55%	18,01%
64 - Custos com pessoal	2.044.947,36	35,6%	1.903.567,99	33,3%	1.988.946,85	6,7%	1.976.988,11	7,0%	-3,32%	-0,60%
63 - Transf / subsídios concedidos	236.232,04	4,1%	427.914,61	7,5%	383.837,94	1,2%	364.530,41	1,2%	54,31%	-5,03%
65 - Outros custos e perdas operacionais	59.917,08	1,0%	60.212,30	1,1%	66.307,62	1,2%	67.488,82	1,2%	12,64%	1,78%
66 - Amortizações do exercício	1.054.202,11	18,4%	1.087.959,61	19,0%	1.054.992,35	18,5%	1.205.786,76	19,3%	14,38%	14,29%
67 - Provisões do exercício	88.664,12	1,5%	1.742,86	0,0%	9.345,23	0,2%	50.989,74	0,2%	-42,49%	445,62%
68 - Custos e perdas financeiras	60.994,31	1,1%	50.374,65	0,9%	37.449,85	0,7%	28.022,07	0,7%	-54,06%	-25,17%
69 - Custos e perdas extraordinários	263.804,43	4,6%	331.805,13	5,8%	100.189,69	1,8%	103.803,51	1,8%	-60,65%	3,61%
TOTAL	5.739.989,79	100%	5.717.368,22	100%	5.457.335,72	95%	5.915.418,86	100%	3,06%	8,39%

Na estrutura dos custos e perdas assumem especial preponderância os fornecimentos e serviços externos e as amortizações do exercício.

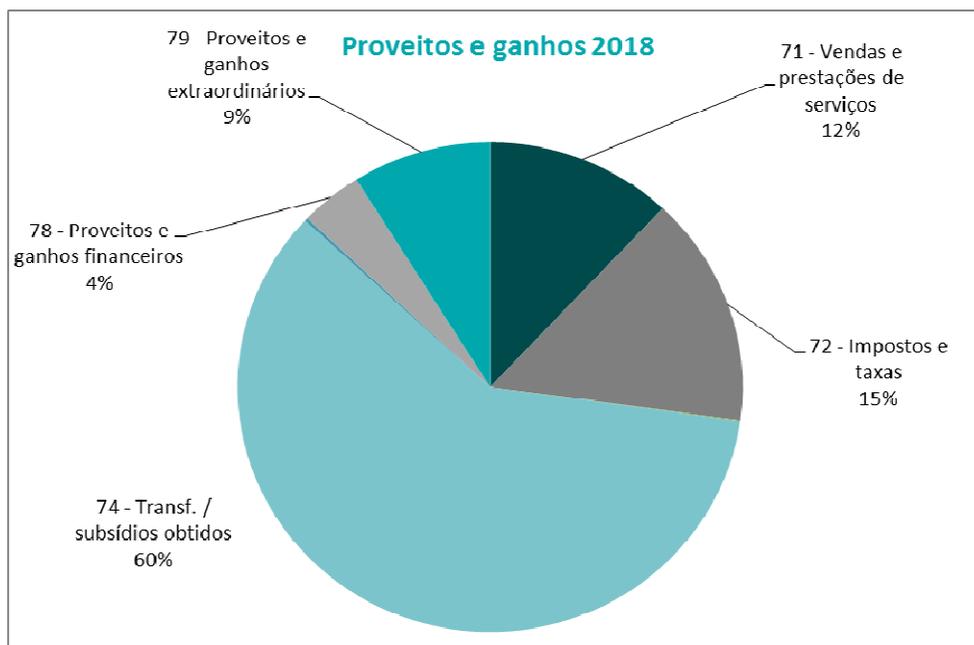


Ambos as componentes referidas dos custos apresentam acréscimo de valor em 2017, o que justifica o acréscimo verificado no total dos custos do exercício.

3.2.2 Análise dos Proveitos e Ganhos

Os proveitos e ganhos do exercício registaram um acréscimo quando comparados com os assumidos em 2016.

CONTAS	2014		2015		2016		2017		Variação	
	Valor	Peso Total	Valor	Peso Total						
71 - Vendas e prestações de serviços	713.462,96	13,3%	769.893,14	14,1%	710.553,80	12,6%	713.606,17	12,0%	0,0%	0,4%
72 - Impostos e taxas	711.194,24	13,3%	631.652,45	11,6%	905.945,71	16,1%	904.174,94	15,2%	27,1%	-0,2%
73 - Proveitos suplementares	11.408,08	0,2%	5.427,40	0,1%	5.552,26	0,1%	4.000,00	0,1%	-64,9%	-28,0%
74 - Transf. / subsídios obtidos	3.420.522,38	63,8%	3.511.908,22	64,3%	3.459.331,76	61,6%	3.556.545,70	59,7%	4,0%	2,8%
75 - Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-	-	-	12.174,57	0,2%	-	-
76 - Outros proveitos e ganhos operacionais	17,93	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-100,0%	-
78 - Proveitos e ganhos financeiros	184.402,24	3,4%	183.115,63	3,4%	204.476,92	3,6%	238.436,55	4,0%	29,3%	16,6%
79 - Proveitos e ganhos extraordinários	316.150,44	5,9%	357.984,97	6,6%	331.483,49	5,9%	529.301,97	8,9%	67,4%	59,7%
TOTAL	5.357.158,27	100%	5.459.981,81	100%	5.617.343,94	100%	5.958.239,90	100%	11,2%	6,1%



Na evolução anual de destacar o aumento verificado nas transferências recebidas e nos proveitos e ganhos extraordinários.

3.2.3 Resultados do exercício

DESCRIÇÃO	2014	2015	2016	2017	2015-2014 Δ	2016-2015 Δ	2017-2016 Δ
RESULTADOS OPERACIONAIS							
Custos operacionais	5.415.191	5.335.188	5.319.696	5.783.593	-1,48%	-0,29%	8,72%
Proveitos operacionais	4.856.606	4.918.881	5.081.384	5.190.501	1,28%	3,30%	2,15%
TOTAL	-558.585	-416.307	-238.313	-593.092	-25,47%	42,76%	-148,87%
RESULTADOS FINANCEIROS							
Custos financeiros	60.994	50.375	37.450	28.022	-17,41%	-25,66%	-25,17%
Proveitos financeiros	184.402	183.116	204.477	238.437	-0,70%	11,67%	16,61%
TOTAL	123.408	132.741	167.027	210.414	7,56%	25,83%	25,98%
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS							
Custos extraordinários	263.804	331.805	100.190	103.804	25,78%	-69,80%	3,61%
Proveitos extraordinários	316.150	357.985	331.483	529.302	13,23%	-7,40%	59,68%
TOTAL	52.346	26.180	231.294	425.498	-49,99%	783,48%	83,96%
RESULTADOS CORRENTES							
Resultados operacionais	-558.585	-416.307	-238.313	-593.092	25,47%	42,76%	-148,87%
Resultados financeiros	123.408	132.741	167.027	210.414	7,56%	25,83%	25,98%
TOTAL	-435.178	-283.566	-71.286	-382.677	165,16%	74,86%	-436,82%

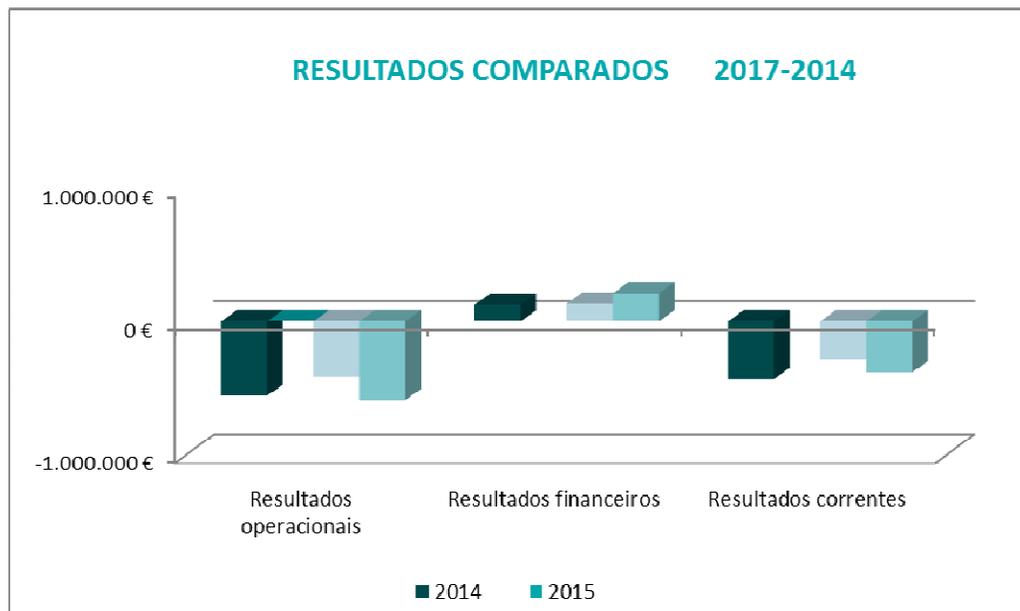
81 = Resultados Operacionais = Proveitos Operacionais - Custos Operacionais (71 a 76 - 61 a 67)

82=Resultados Financeiros= Proveitos Financeiros - Custos Financeiros (78 - 68)

83=Resultados Correntes = Resultados Operacionais + Resultados Financeiros (81+82)

84=Resultados Extraordinários = Proveitos Extraordinários - Custos Extraordinários (79 - 69)

88= RLE = Resultados Correntes + Resultados Extraordinários (83+84)



3.2.4 Análise do Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido do exercício apresenta em 2017 um valor positivo de 42.821,04€.

A variação justificou-se essencialmente pelo facto do aumento dos proveitos do exercício não ter sido suficiente para compensar o aumentos dos custos.

3.2.5 Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Nos termos do ponto 2.7.3 do Pocal propõe-se a aplicação integral do resultado líquido do exercício em resultados transitados.

3.3 DÍVIDA MUNICIPAL

Estabelece a Lei 73/2013, no seu artigo 53º, que o limite da dívida total não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida. A dívida total de operações orçamentais, incluiu a das entidades que integram o Grupo Autárquico, em conformidade com o previsto no artigo 54.º da referida Lei.

Para o ano de 2017, o limite da dívida total de operações orçamentais do Município era o seguinte:

Ano 2017	Receita corrente líquida cobrada
2016	5.137.210,00
2015	4.735.187,00
2014	4.689.571,95
Total	14.561.968,95
Média da receita	4.853.989,65
Limite dívida operações orçamentais	7.280.984,48

O n.º 2 do artigo 52º da Lei 73/2013, esclarece o que se deve entender por operações orçamentais, prevendo o seguinte:

“A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.”

A dívida orçamental do município a 31/12/2017 encontra-se detalhada no quadro seguinte:

Dívida Orçamental		
Conta		31.12.2017
22	Fornecedores	209.627,53
2211	Fornecedores c/c - Mercado Nacional	176.879,51
228	Fornecedores-Faturas em receção e conferência	32.748,02
23	Empréstimos obtidos	1.775.720,30
24	Estado e outros entes públicos	26.717,75
245	Estado e outros entes públicos - Contribuições	26.717,75
26	Outros devedores e credores	531.550,88
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	385.392,56
268216	Fundo de apoio municipal	146.158,32
2684	Credores de transferências das autarquias locais	0,00
2686	Outros - Credores	43.879,74,00
Dívida Orçamental Total		2.441.337,88

Analisada em detalhe a dívida, conclui-se que os valores preponderantes são:

Dívida decorrente de empréstimos obtidos – 1.775.720,30€;

O valor dos empréstimos obtidos reduziram 462.736,57€. Esta redução decorre da operação de substituição de dívida efetuada em 2017, ao abrigo do previsto na LOE para 2016 e 2017, e que permitiu a antecipação de 3 empréstimos com spreads considerados elevados face ao contexto de mercado. Em alternativa à liquidação dos empréstimos, que obrigou ao registo da execução orçamental da despesa na rubrica relativa a passivos financeiros, verificou-se o encaixe financeiro, lançado na receita no valor dos empréstimos bancários, contratados ao abrigo da operação citada.

Fundo de apoio municipal – 146.158,32€;

De acordo com o estabelecido na Lei 53/2014, de 25 de Agosto, e para efeitos de apuramento da dívida total do Município, a dívida ao FAM - Fundo de Apoio Municipal, não releva para efeitos de apuramento da Dívida Total. O valor em dívida ao FAM a 31/12/2017 é de 146.158,32.

A Lei 114/2017, que aprova a Lei do Orçamento do Estado para 2018, determina para o próximo quadriénio, uma redução progressiva das contribuições para o FAM de 25%, 50%, 75% e 100% para os anos 2018, 2019, 2020 e 2021, respetivamente. O valor desta redução terá impacto na dívida imputada em 2017, contudo, e por orientações da CNC – Comissão de Normalização Contabilística, este procedimento de regularização apenas terá lugar no início de 2018, não sendo refletido na dívida imputada no final do período.

Fornecedores de imobilizado, c/c - 385.392,56€

O valor da dívida a Fornecedores de imobilizado regista um aumento considerável, justificável com a construção do Centro Escolar de Montalvo.

A restante dívida assume valores praticamente residuais.

Apresenta-se, de seguida, a evolução da dívida orçamental no período compreendido entre 2014 e 2017, constatando-se que face ao ano anterior, a dívida orçamental total decresceu cerca de 1,96%.



DÍVIDA ORÇAMENTAL 2014-2017							
CONTA		31.12.2014	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2017	Variação 2016/2017	
22	Fornecedores	107.371,76	144.008,14	88.977,76	209.627,53	120.649,77	135,595%
2211	Fornecedores c/c - Mercado Nacional	93.919,63	144.008,14	76.676,41	176.879,51	100.203,10	130,683%
228	Fornecedores-Faturas em receção e conferência	13.452,13	0,00	12.301,35	32.748,02	20.446,67	-
23	Empréstimos obtidos	3.143.829,49	2.692.187,44	2.238.456,87	1.775.720,30	462.736,57	-20,672%
24	Estado e outros entes públicos	582,52	728,79	962,99	26.717,75	25.754,76	2674,458%
245	Estado e outros entes públicos - Contribuições	582,52	728,79	962,99	26.717,75	25.754,76	2674,458%
26	Outros devedores e credores	306.446,76	537.010,06	283.607,03	575.430,62	291.823,59	102,897%
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	49.202,07	3.916,03	10.655,27	385.392,56	374.737,29	3516,920%
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
268126	Fundo de apoio municipal	255.778,32	219.238,32	182.698,32	146.158,32	-36.540,00	-20,000%
268	Credores diversos	1.466,37	313.855,71	90.253,44	43.879,74	-46.373,70	-51,382%
Dívida Orçamental Total		3.558.230,53	3.373.934,43	2.612.004,65	2.587.496,20	-24.508,45	-0,938%
Dívida orçamental excluindo o FAM - A Relevar		3.302.452,21	3.154.696,11	2.429.306,33	2.441.337,88	12.031,55	0,495%
Dívida orçamental excluindo FAM e empréstimos		158.622,72	462.508,67	190.849,46	665.617,58	474.768,12	248,766%
Dívida orçamental excluindo FAM, empréstimos e dívida resultante da devolução dos financiamentos		157.156,35	148.652,96	100.596,02	621.737,84	521.141,82	518,054%

A redução da dívida tem sido a meta principal nos últimos 4 anos, e tem sido possível atingir essa meta, o ano de 2017 não foi exceção e a redução da dívida orçamental total em 2017 foi de 24.508,45€.

A Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, na sua redação atual, estipula que para o apuramento da dívida contribui, não só a dívida contraída pelo Município, mas também a contraída pelas entidades que integram o grupo autárquico, em conformidade com os critérios estipulados pelo art. 54.º da referida Lei.

Assim sendo, são entidades relevantes para o apuramento do montante da dívida total as que se integrarem numa das seguintes possibilidades (Artigo. 54.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro):

- Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do art. 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (alínea a) do n.º 1 do art. 54.º);
- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento. Incluem-se também as associações participadas não exclusivamente por municípios, desde que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências deste (alínea b) do n.º 1 do art. 54.º conjugado com o n.º 2 do referido artigo);
- As empresas locais e participadas de acordo com os art. 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, excepto se se tratar de empresas abrangidas pelos sectores empresariais do Estado ou regional, por força do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação direta ou indireta do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no art. 40.º daquela lei (alínea c) do n.º 1 do art. 54.º);
- As cooperativas e as fundações, proporcional à participação direta ou indireta do município (alínea d) do n.º 1 do art. 54.º);
- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do art. 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total (alínea e) do n.º 1 do art. 54.º).

Atento o acima explanado, são entidades relevantes para a dívida do município de Constância as seguintes:

Entidades Participadas				
Entidade	Enquadramento legal	Participação no capital social	Quota	
Com impacto para a dívida municipal				
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses NIF 501 627 413	Associação de municípios	alínea b) do n.º 1, conjugado com o n.º 2, ambos do art. 54.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro	-	Quota anual de 4.258,16€ % Imputação à dívida= 0,283%
APMCH - Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico NIF 502 131 047	Associação de municípios	alínea b) do n.º 1, conjugado com o n.º 2, ambos do art. 54.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro	-	Quota anual de 302,00€ % Imputação à dívida= 0,006%
CIMT - Comunidade Intermunicipal do médio tejo NIF 502 106 506	Associação de municípios	alínea b) do n.º 1, conjugado com o n.º 2, ambos do art. 54.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro	-	Quota anual de 36.621,12€ % Imputação à dívida = 5,38%
RESITEJO - Associação de gestão e tratamento de lixos do Médio Tejo NIF 503 914 096	Associação de municípios	alínea b) do n.º 1, conjugado com o n.º 2, ambos do art. 54.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro	Quota inicial de 498,80€	Quota anual de 2016= 178,38€ % Imputação = 2,68%
Sociedade Parque Almourol - Promoção de desenvolvimento turístico, Lda. NIF 505 154 919	Sociedade	alínea c) do art. 54.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro	% de participação = 16,61% Valor da participação = 46.960,00€	
ALOGOS - Associação para o desenvolvimento de assessoria e ensaios técnicos NIF 504 085 840	Associação de municípios	alínea b) do n.º 1, conjugado com o n.º 2, ambos do art. 54.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro	% de participação = 1,92% Valor da participação = 8.210,00€	Quota mensal = 70,42€ Quota anual = 844,44€
TAGUSGÁS - Empresa de gás do vale do Tejo, S.A. NIF 508 847 303	Sociedade	alínea c) do art. 54.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro	% de participação = 0,01%	
AMEGA - Associação de municípios de estudos e gestão de água NIF 503 875 970	Associação de municípios	alínea b) do n.º 1, conjugado com o n.º 2, ambos do art. 54.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro		Quota anual de 107,37€ % Imputação = 0,30%
Centro de ciência viva de Constância	- Associação participada por municípios e outras entidades - Pressupõe-se não se verificar presunção de controlo ao abrigo da alínea a) do n.º 5 do art. 75.º da Lei 73/2013/2013 (o art. 14.º dos estatutos manifesta um controlo partilhado)	alínea e) do n.º 1 do art. 54.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro; - Não se verifica a prossecução das atribuições e competências do Município	1/3 do Capital Social	
Associação Casa de Memória de Camões				

Para além das participações identificadas, existem as apresentadas no mapa seguinte que nos termos da lei não contribuem para a dívida.

Entidades Participadas			
Entidade		Participação	Quota
TAGUS - Associação para o desenvolvimento integrado do Ribatejo Interior	<ul style="list-style-type: none"> - Associação participada por municípios e outras entidades - Não se verifica a prossecução das atribuições e competências do Município - Não se verifica controlo ou presunção de controlo ao abrigo da alínea a) do n.º 5 do art. 75.º da Lei 73/2013/2013 	alínea e) do n.º 1 do art. 54.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro	Quota anual de 3.600,00€ % participação = 8% Valor a imputar à dívida municipal = 0,00€
MÉDIO TEJO 21 - Agência regional de energia e ambiente da região do médio tejo e pinhal interior sul	<ul style="list-style-type: none"> - Associação participada por municípios e outras entidades - Não se verifica a prossecução das atribuições e competências do Município - Não se verifica controlo ou presunção de controlo ao abrigo da alínea a) do n.º 5 do art. 75.º da Lei 73/2013/2013 	alínea e) do n.º 1 do art. 54.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro	Quota anual de 1.279,00€ % participação = 2,8% Valor a imputar à dívida municipal = 0,00€

Tendo em conta a informação financeira enviada pelas entidades a 31.12.2017, a contribuição para a dívida das entidades relevantes é a que de seguida se apresenta:

Entidades	Valor a refletir na dívida
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	229,57
APMCH - Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico	22,27
CIMT - Comunidade Intermunicipal do médio tejo	354,71
RESITEJO - Associação de gestão e tratamento de lixos do Médio Tejo (1)	226.361,53
Sociedade Parque Almourol - Promoção de desenvolvimento turístico, Lda.	69.677,57
ALOGOS - Associação para o desenvolvimento de assessoria e ensaios técnicos	9.630,54
TAGUSGÁS - Empresa de gás do vale do Tejo, S.A.	0,00
AMEGA - Associação de municípios de estudos e gestão de água	0,00
TAGUS – Associação para o desenvolvimento integrado do Ribatejo interior	22.711,89
MÉDIO TEJO21 – Agência regional de energia e ambiente da região do Médio Tejo e Pinhal	875,49
Associação Centro de Ciência Viva de Constância	968,79
Associação Casa Memória de Camões	0,00
Total	330.832,36

Assim sendo, a dívida total do Município de Constância a 31/12/2017 era a seguinte:

	31.12.2016	31.12.2017	Varição
Dívida de operações orçamentais			
Do Município (excluído do FAM)	2.429.306,33	2.441.337,88	6.370,70
Das entidades relevantes	348.382,55	330.832,36	-17.550,19
Total	2.777.688,88	2.766.509,39	-11.179,49

Face ao exposto, conclui-se pelo cumprimento do previsto no n.º 1 do art. 52.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual que a dívida total de operações orçamentais a 31 de dezembro de 2017 é de 2.587.496,20€.

3.4 PAGAMENTOS EM ATRASO

A lei dos compromissos e pagamentos em atraso, vulgarmente designada por LCPA, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, estipula na redação atual do seu art. 7.º que “A execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.”

Por pagamentos em atraso entendem-se as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato ou documentos equivalentes (alínea e) do art. 3.º da referida lei).

O município de Constância não possui pagamentos em atraso.

3.5 FUNDOS DISPONÍVEIS

Os fundos disponíveis apurados ao longo do exercício de 2017 constam do quadro seguidamente apresentado.

Mês	Receita	Compromissos Assumidos	Pagamentos	Compromissos Assumidos por pagar	Fundos Disponíveis	Obs.
Janeiro	387.058,11	1.913.299,66	227.819,48	1.685.480,18	1.105.818,37	Saldo da Gerência Anterior 584802,82€
Fevereiro	355.541,87	213.934,84	282.927,37	-68.992,53	1.156.782,51	
Março	444.961,80	558.444,38	595.533,96	-37.089,58	999.930,72	
Abril	363.062,14	735.050,70	325.874,40	409.176,30	1.216.166,84	
Maiο	591.754,95	379.701,16	491.310,86	-111.609,70	1.187.063,49	
Junho	388.724,88	507.195,05	636.738,00	-129.542,95	1.043.575,38	
Julho	515.640,04	716.868,71	453.554,37	263.314,34	1.049.289,65	
Agosto	610.809,38	397.487,35	419.867,85	-22.380,50	794.093,53	
Setembro	1.446.238,27	911.477,57	552.562,71	358.914,86	486.501,40	Produto de empréstimos contraídos nos termos da Lei 358246,91€
Outubro	1.256.752,29	398.143,80	1.159.614,77	-761.470,97	279.837,95	
Novembro	474.624,76	428.203,44	577.997,23	-149.793,79	654.576,58	
Dezembro	706.350,27	437.016,97	1.038.699,00	-601.682,03	940.126,15	
Total	7.541.518,76	7.596.823,63	6.762.500,00	834.323,63		